

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO - GIT

Denis Boaventura da Silva

**Luta pela terra e a territorialização de assentamentos de Reforma Agrária
no município de Governador Valadares (1993-2015)**

Governador Valadares/MG
Abril/2019

DENIS BOAVENTURA DA SILVA

**Luta pela terra e a territorialização de assentamentos de Reforma Agrária
no município de Governador Valadares (1993-2015)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão Integrada do Território.

Linha de Pesquisa: Território, Migração e Cultura.

Orientadora: Prof. Dr^a. Maria Terezinha Bretas Vilarino

Governador Valadares/MG
Abril/2019

FICHA CATALOGRÁFICA

S5861 Silva, Denis Boaventura da

Luta pela terra e a territorialização de assentamentos de reforma agrária no município de Governador Valadares (1993-2015) / Denis Boaventura da Silva. – 2019.

85 f.

Dissertação (mestrado em Gestão Integrada do Território) – UNIVALE – Universidade do Vale do Rio Doce, 2019.

Orientação: Maria Terezinha Bretas Vilarino.

1. Reforma agrária. 2. Assentamentos – Governador Valadares. 4. Territorialização. I. Título.

CDD-711.4



UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

DÊNIS BOAVENTURA DA SILVA

“Luta pela terra e a territorialização de assentamentos de Reforma Agrária no município de Governador Valadares (1993-2015).”

Dissertação aprovada em 27 de abril de 2019,
pela banca examinadora com a seguinte
composição:

Prof.^a Dr.^a Maria Terezinha Bretas Vilarino
Universidade Vale do Rio Doce
Orientadora

Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola
Universidade Vale do Rio Doce
Examinador

Prof.^a Dr.^a Ivana Cristina Lovo
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/Diamantina
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Sônia Maria Roseno
Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a Deus. Tenho em mim, a percepção de que a fé, independente de seu formato e manifestação em cada ser humano, é sem dúvida uma ferramenta poderosa de ação.

O segundo agradecimento vai à minha esposa, Letícia Cristina, que também exerceu seu poder na fé de uma vida a dois e resistiu às tentações “mundanas” dos finais de semana para me acompanhar, durante dois anos, na jornada do mestrado. Foram dois anos de uma sintonia orquestrada por ela e por isso mesmo, todo meu amor, carinho e gratidão.

Agradeço a minha orientadora, professora Maria Terezinha por confiar, insistir, corrigir e me ensinar a resistir, mantendo os objetivos em foco. A finalização deste trabalho é também, consequência do profissionalismo dela.

Agradeço à família que de diversos modos, me apoiaram desde o início e celebram comigo esta conquista.

Aos amigos que deram suporte durante estes dois anos.

Aos colegas de mestrado que hoje são chamados de amigos. Foram dois anos de compartilhamentos de textos, tensões e alegrias; fatos que tendem a se estenderem para a vida.

A todos que fizeram parte deste projeto, principalmente aos que se dispuseram contribuir com suas memórias, abrindo suas casas, disponibilizando o tempo. A estes, meu obrigado.

Aos professores do Programa que me auxiliaram a ampliar os horizontes do conhecimento e das possibilidades profissionais. Ao pessoal da secretaria do GIT e APPG, sempre solícitos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela oportunidade de ser bolsista, honrando assim o compromisso.

Aos professores que estiveram nas bancas examinadoras, de qualificação e defesa, Prof. Dr^a Patrícia Falco Genovez, Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola, Prof. Dr^a. Ivana Cristina Lovo e prof. Dr^a Sônia Maria Roseno; pela disponibilidade de tempo para leitura e participação generosa.

RESUMO

A luta pela terra no Brasil perpassa historicamente pela formação do território nacional. No vale do rio Doce a questão reflete o que acontece nacionalmente desde o tempo colonial. O histórico violento da região ficou mais evidente no início do ano de 1964, quando latifundiários, sindicalistas e trabalhadores rurais entraram em confrontos explícitos na cidade de Governador Valadares (BORGES, 2004). Nacionalmente o golpe militar que instaurou a Ditadura facilitou a sufocação do conflito. Duas décadas depois, nos anos 80, com a redemocratização política do Brasil o movimento social de luta pela terra voltou a se organizar no vale do rio Doce, a exemplo do movimento nacional liderado pelo Movimento Sem Terra (MST). Então, no início da década de 1990, aconteceram as primeiras ocupações de terra na região. A ampliação desse movimento pelas décadas seguintes resultou, atualmente, na existência de 23 assentamentos e vários acampamentos de reforma agrária na região do rio Doce. Em Governador Valadares, estão 3 desses assentamentos de reforma agrária, que se apresentam como resultado da luta pela terra na região. Foi na busca pela compreensão sobre a forma como se deu a territorialização desses três assentamentos e a reconfiguração socioterritorial local que este estudo se alicerçou. Quanto aos métodos, à pesquisa bibliográfica foi somada a pesquisa documental através da coleta de documentos, fotos, depoimentos de moradores e apoiadores dos movimentos sociais de luta pela terra, relacionados à formação dos três assentamentos de reforma agrária em Governador Valadares. As reflexões foram norteadas por uma abordagem territorial, cujos conceitos de território e termos afins sustentaram a discussão. Os conceitos de território, territorialização, assentamentos de reforma agrária e identidade camponesa foram fundamentais para este estudo. O conceito de território foi tomado como alicerce da análise, não apenas no sentido cartográfico delimitado, pré-definido em seus limites físicos; mas também por agregar conceitualmente uma acepção simbólica, flexível às variáveis humanas como as relações sociais. Concluímos que a territorialização dos três assentamentos de reforma agrária de Governador Valadares são processos que possuem raízes na própria história do Brasil, que perpassam inúmeros fatores ligados à política latifundiária e aos movimentos sociais. Estes processos estão inseridos na territorialização dos assentamentos, que foram se estruturando aos poucos, mudando a paisagem geográfica, política, social e cultural para os assentados e para a cidade de Governador Valadares.

Palavras chave: Assentamento – Reforma Agrária – Governador Valadares – Luta pela terra - Territorialização.

ABSTRACT

The struggle for land in Brazil goes historically through the formation of the national territory. In the Rio Doce Valley reality reflects what has been happening nationally since colonial time. The violent history of the region became more evident at the beginning of 1964, when landlords and rural workers entered explicit confrontation in the city of Governador Valadares (BORGES, 2004). Nationally the coup that instated a dictatorship facilitated a smothering of the conflict. Two decades later, in the 1980s, with the political redemocratization of Brazil, the social movement to struggle for land was organized again in the Rio Doce valley, like the national movement lead by the Landless Movement (MST). Then, in the early 1990s, happened the first land occupations in the region. The expansion of this movement over the following decades has resulted in the existence of 23 settlements and several agrarian reform camps in the Rio Doce region. In Governador Valadares, there are 3 of these agrarian reform settlements, which are presented as a result of the struggle for land in the region. It was in the search for understanding of how the territorialization of these three settlements occurred and the local socio-territorial reconfiguration that this study was based on. As for methods, the bibliographic research was combined with documentary research through the collection of documents, photos, testimonies of residents and supporters of social movements struggling for land, related to the formation of three settlements of agrarian reform in Governador Valadares. The reflections were guided by a territorial approach, whose concepts of territory and related terms supported the discussion. The concepts of territory, territorialization, settlements of agrarian reform and peasant identity were fundamental for this study. The concept of territory was taken as the basis of analysis, not only in the delimited cartographic sense, predefined in its physical limits; but also by adding conceptually a symbolic meaning, flexible to human variables such as social relations. We conclude that the territorialization of the three settlements of agrarian reform of Governador Valadares are processes that have roots in the history of Brazil itself, that go through many factors related to land-owning politics and to social movements. These processes are part of the territorialization of the settlements, which were gradually structured, changing the geographical, political, social and cultural landscape for the settlers and for the city of Governador Valadares.

Keywords: Settlements - Agrarian Reform – Governador Valadares - Struggle for land - Territorialization.

LISTA DE SIGLAS

ACOOAB	Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Barro Azul
APADIBA	Associação dos Produtores Agrícolas Individuais do Barro Azul
CAT	Centro Agroecológico Tamanduá
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PDR/GV	Plano de Desenvolvimento Rural de Governador Valadares
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Assentamentos no Município de Governador Valadares	38
Figura 2 - Assentamento Joaquim Nicolau; material produzido pela comunidade no PDR/GV- 2001-2002	43
Figura 3 - Assentamento Barro Azul; material produzido pela comunidade no PDR/GV (2001 – 2002).....	47
Figura 4 - Assentamento Oziel Alves Pereira – mapa produzido pela comunidade no PDR/GV (2001-2002).....	55

LISTA DE ENTREVISTAS

- Joaquim Nicolau

Flávio Hilário Alves Sabino – em 23/06 /2018

Cláudio Gonçalves de Oliveira –23/06 /2018

- Barro Azul

Sidiney Cardoso da Silva – em 26/06/2018

Clovis Augusto de Oliveira – em 29/06/2018

– Oziel Alves Pereira

Brasilino Moreira da Silva – em 12/01/2019

João Leite – em 26/01/2019

- Comissão Pastoral da Terra - CPT

Maria Madalena da Silva – em 26/03/2018 (em Ilha Funda/Periquito)

Padre Antônio Amort – em 30/08/2017

- Governador Valadares

Maria dos Reis Silva – em 06/04/2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	13
RELEVÂNCIA E AJUSTAMENTO AO PPG-GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO (GIT)	13
CONCEITOS UTILIZADOS	14
MÉTODO	16
A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	17
CAPÍTULO 1– REFLEXOS DA QUESTÃO AGRÁRIA E DA LUTA PELA TERRA NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO NACIONAL E DO VALE DO RIO DOCE	20
1.1 ASSENTAMENTO, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIZAÇÃO	26
1.2 SITUANDO O VALE DO RIO DOCE	32
CAPÍTULO 2 – TRÊS ASSENTAMENTOS NUM TERRITÓRIO AVESSO	36
2.1 ASSENTAMENTO JOAQUIM NICOLAU	38
2.2 ASSENTAMENTO BARRO AZUL	43
2.3 ASSENTAMENTO OZIEL ALVES	50
CAPÍTULO 3 - DA OCUPAÇÃO À CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO: DINÂMICAS DA TERRITORIALIZAÇÃO	57
3.1 A OCUPAÇÃO DA TERRA	57
3.2 A LEGALIZAÇÃO DA TERRA	63
3.3 A CRIAÇÃO OFICIAL DOS ASSENTAMENTOS	67
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil perpassa historicamente pela formação do território nacional. A questão agrária é uma questão polêmica, para além das diversas temporalidades de governos específicos como afirma José de Sousa Martins (1999).

No vale do rio Doce a questão reflete o que acontece nacionalmente desde o tempo colonial: luta contra os índios, por exemplo; e a exploração extrativista de riquezas. Desde o início do século XIX, com a declaração da guerra justa aos botocudos, pelo regente, em 1808, estaregião foi palco de conflitos, disputas e forte exploração dos recursos naturais, principalmente no século XX.

A ocupação de terras no vale do Rio Doce é caracterizada pela atração da madeira da Mata Atlântica que cobria toda região; pelas rodovias que cruzam a cidade de Governador Valadares ligando a capital mineira ao litoral e o Nordeste à São Paulo; pelo crescimento do latifúndio e do coronelismo concomitantemente. Extração de madeira, pecuária de corte e extrativismo mineral delineiam aspectos econômicos das décadas de 1930, 1940 e 1950; como também o crescimento demográfico da região causado pelos mesmos fatores de atração econômica que, no entanto, passaram a ser problemas quando aquelas atividades entram em declínio, na década de 1960 (ESPÍNDOLA, 1998).

Já em meados do século XX a pecuária havia se tornado uma importante força econômica. Desde então, os conflitos pela terra, colocaram de um lado os grandes fazendeiros, e de outro, pequenos agricultores e posseiros. Esses últimos foram sistematicamente pressionados por fazendeiros que acabaram por legalizar em seus nomes a maior parte das terras (ESPINDOLA, 1998). Pequenos agricultores passaram a competir com latifundiários que agiam na grilagem, no uso da violência e coação. Posseiros se tornaram meeiros, assalariados e sem terra.

Além dos problemas econômicos, os anos 1960 trouxeram as propostas das Reformas de Base pelo então presidente João Goulart. Tais propostas iam diretamente contra a cultura latifundiária já instalada na região do vale do rio Doce. O histórico violento da região ficou mais evidente no início do ano de 1964, quando latifundiários entraram em confrontos explícitos com sindicalistas e trabalhadores na cidade de Governador Valadares (BORGES, 2004). Nacionalmente o golpe militar que instaurou a Ditadura facilitou a sufocação do conflito. Os fazendeiros se impuseram e o movimento de luta pela terra foi duramente reprimido naquela ocasião, como em outras partes do Brasil.

Duas décadas depois, nos anos de 1980, a redemocratização política do Brasil reanimou também os movimentos sociais que ganharam força. No Sul do país, ainda no final dos anos 1970, o Movimento Sem Terra (MST) faz sua primeira ocupação, mas somente é oficializado como uma organização social cinco anos mais tarde. Não demorou para que militantes do MST se organizassem em diversos estados brasileiros com encontros para formação de líderes e fortalecimento do discurso (FERNANDES, 2000). O convite à luta pela terra era direcionado a trabalhadores rurais sem terras, meeiros e outros; que contaram com a ajuda da Igreja Católica e de outras denominações cristãs para que os movimentos de formação de base ganhassem corpo. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) exerceu um papel importante nestes movimentos organizacionais. Na verdade, a Comissão Pastoral da terra – CPT – definiu um apoio tácito; não estava diretamente envolvida com ocupações, mas as apoiava com oferecimento de ajuda estratégica: alimentos, remédios, roupas e outros objetos de necessidade básica; além apoio moral e espiritual e de contribuição política nas negociações com INCRA e polícia militar.

Em Minas Gerais, com apoio de membros da Igreja Católica, principalmente, e de outros movimentos populares, a primeira ocupação de terra, dirigida pelo MST, ocorreu em 1988, na cidade de Novo Cruzeiro. Essa região, no Vale do Jequitinhonha se tornou ponto de partida para que cinco anos mais tarde o movimento inaugurasse suas ações de ocupação na região do vale do Rio Doce (FERNANDES, 2000).

Já na década de 1990, famílias que estiveram em Novo Cruzeiro mas não permaneceram no assentamento, avançaram para outras regiões. O vale do Rio Doce entra em cena quando algumas famílias da região contactaram o MST visando algumas terra que já estavam em processo de desapropriação. Desta forma, houve uma iniciativa conjunta a favor do movimento sem terra, facilitando a primeira ocupação na região (FERNANDES, 2000).

Portanto, depois de 30 anos o movimento social de luta pela terra voltou a se organizar também no vale do rio Doce, a exemplo do movimento nacional liderado pelo Movimento Sem Terra (MST). Então, no início da década de 1990, aconteceram as primeiras ocupações de terra na região.

Tumiritinga, cidade que faz parte da micro-região de Governador Valadares foi a primeira no vale do Rio Doce a concretizar um assentamento de reforma agrária, após a ocupação da terra. Em 1993 então, os assentamentos Cachoeirinha e o 1º de Junho, oriundos da ocupação da Fazenda Califórnia, abrem as ações do MST na região. Hoje os dois assentamentos contam com mais de 100 famílias assentadas segundo os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2018). A ampliação desse

movimento pelas décadas seguintes resultou, atualmente, na existência de 23 assentamentos e vários acampamentos de reforma agrária na região do rio Doce.

Atualmente, em Governador Valadares, existem 3 assentamentos de reforma agrária, por nomes de Oziel Alves Pereira, Barro Azul e Joaquim Nicolau da Silva. São 3 assentamentos que se apresentam como resultado da luta pela terra na região, embora os processos de sua implementação tenham tido características próprias, diferentes do ocorrido em Tumiritinga. Cada um deles possui suas distintas histórias com territorializações específicas.

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Foi na busca pela compreensão sobre a forma como se deu a territorialização desses três assentamentos e a reconfiguração socioterritorial local que este estudo se alicerçou. A pergunta norteadora: “Qual a relação entre os movimentos sociais de luta pela terra no vale do Rio Doce, a partir da década de 1990, e a territorialização de assentamentos de Reforma Agrária no município de Governador Valadares/MG”, não comportaria uma resposta simples, mas exigiria a compreensão do contexto socio-histórico da configuração dos movimentos de luta pela terra no vale do Rio Doce.

Nesse sentido foi preciso contextualizar o movimento social de luta pela terra no vale do rio Doce a partir de 1990; relacionar a atuação do movimento social de luta pela terra com a formação dos três assentamentos; identificar como foi o processo de territorialização dos três assentamentos de GV; e a configuração das identidades territoriais de reforma agrária em Governador Valadares.

RELEVÂNCIA E AJUSTAMENTO AO PPG-GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO (GIT)

Os movimentos sociais ligados a luta pela terra são exemplos da resistência popular ao modelo de ocupação territorial. Assim como a sociedade apresenta lógicas diferentes em sua organização no tempo, o mesmo ocorre com os movimentos sociais, pois são “sujeitos históricos que construíram e expressam cidadania coletiva” (GOHN, 2008, p. 26).

Segundo Borges (2004), no vale do rio Doce, a lógica da ocupação de terras, desde o século XIX é voltada para o interesse econômico. Na primeira metade do século XX, diante da industrialização brasileira, a região ganha uma dinâmica maior. Infraestrutura como

pontes, rodovias que a conectam aos grandes centros e a diversas regiões, transformam a cidade de Governador Valadares em um polo estratégico. A riqueza vinda da madeira, do solo fértil, dos minerais somada aos efeitos da industrialização transformaram a cidade e outras que acompanham a Estrada de Ferro Vitória-Minas – EFVM (ESPINDOLA, 2008). Essas mudanças ocorreram com o interesse dos grandes proprietários de terra que não apenas detinham a economia local nas mãos, mas também o poder político.

Diante das questões históricas brevemente delineadas sobre o vale do Rio Doce e da atuação dos movimentos sociais que ganharam fôlego com o retorno da democracia ao Brasil nos anos de 1980, acreditávamos que a abordagem territorial, possibilitaria situar social e historicamente os presentes assentamentos de reforma agrária em Governador Valadares e região. A definição por esta abordagem, que por sua natureza é interdisciplinar, levou-nos à proposição de uma temática que se coaduna com a proposta de estudo sobre a formação histórica do território, presente nas orientações do Programa Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce.

Ademais, existem poucos trabalhos que abordem a temática da reforma agrária para a região do Rio Doce, especialmente no que tange aos assentamentos em Governador Valadares. Acreditamos que este trabalho possa se constituir como uma contribuição para o conhecimento sobre o movimento de lutas pela terra na região e de seus resultados.

CONCEITOS UTILIZADOS

A complexidade da questão agrária, exige uma abordagem abrangente e interdisciplinar que seja capaz de elucidá-la. A interdisciplinaridade, segundo Edgar Morin (2005) além de ser um conceito estratégico pelas próprias características de possibilitar um pensamento complexo, apto a perceber “inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas” (MORIN, 2005 p. 23) exige também a alteridade como bússola na pesquisa.

Para alcançar a complexidade das relações correlacionadas à proposta, “simultaneamente solidárias e conflitivas”, o conceito de território foi tomado como alicerce da análise, não apenas no sentido cartográfico delimitado, pré-definido em seus limites físicos; mas também por agregar conceitualmente uma acepção simbólica, flexível às variáveis humanas como as relações socioespaciais.

É neste diálogo entre o objetivo e o subjetivo que o geógrafo Rogério Haesbaert (1997) busca trabalhar o conceito de território. Para ele, o espaço que por vezes é tratado apenas pela

perspectiva física, possui aditivos simbólicos advindos das identidades territoriais que se encarregam de controlá-lo, e/ou de caracterizá-lo face aos modos de vida dos diferentes grupos sociais. Deste modo, este espaço torna-se um território envolvido por dimensões simbólicas e concretas, ao mesmo tempo.

É, portanto, com base nesta visão integradora que esse conceito possibilita compreender como ocorre a criação dos limites socioespaciais que permitem efetivar o poder dos distintos grupos sociais sob estes limites. Para Haesbaert (2004) a apropriação do espaço abrange o exercício concomitante do poder imaterial e do poder material. Este evento é o que o geógrafo chama de territorialização.

Nesse sentido, acreditamos que o termo é apropriado para a discussão proposta, especialmente levando em consideração que a política de reforma agrária no Brasil, é uma política de base territorial, tanto no que diz respeito aos processos históricos de disputa e ocupação das terras (Martins, 1999) quanto no que diz respeito à espacialização do movimento de luta pela terra e na territorialização dos assentamentos de reforma agrária (CLEPS JUNIOR, J.; 2014).

Assim, tomamos os assentamentos de reforma agrária como territórios e foi necessário também compreendê-los de modo conceitual. Uma investigação preliminar mostrou que não há consenso teórico em relação ao conceito para assentamento de reforma agrária, que ora convergem ora divergem entre si (BERGAMASCO et. al, 1997, p. 19).

Selecionamos como exemplo deste dissenso, o entendimento mais tradicional de Bergamasco e Norder (1996, p. 117) para quem os assentamentos são “novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores sem terra ou com pouca terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 117)”; e o posicionamento mais relacional de Zimmerman (1994), com o qual se alinha essa dissertação. Para este autor, os assentamentos são fruto de um espaço de relações sociais na luta pela terra onde há uma convergência de interesses e aspectos individuais tornando-se coletivos e homogêneos. Neste ponto a identidade simbólica dos movimentos sociais torna-se marcante na formação destes assentamentos.

A questão da identidade camponesa (ou rural) também mereceu referência teórica no trabalho realizado. Isto porque está presente nos depoimentos das lideranças do movimento social de luta pela terra e/ou assentados, que participaram da gênese dos assentamentos em Governador Valadares. Tais depoimentos remetem às histórias de vida que apresentam fortes vínculos com a terra e ao valor que esta possui para o modo de vida camponês. O valor simbólico da terra, partilhado entre os camponeses, apresenta aspectos de pertencimento

comum. Este significado dado à terra alastra-se desde a família à produção, ao modo de vida, ao modo de se perceber no mundo, como afirma Woortmann (1990). Nosso trabalho orbita esses conceitos a fim de alcançar o objetivo proposto; esperando contribuir para futuros trabalhos que estejam no mesmo espectro de estudos.

MÉTODOS

Essa pesquisa, então, pode ser classificada como exploratória e descritiva, quanto aos fins. Exploratória porque, embora existam estudos sobre o movimento de trabalhadores sem-terra e os discursos desses militantes, ainda assim, é preciso analisar a contribuição desses sujeitos e seus grupos, com seus avanços, impasses, discussões e contribuições em relação à região do vale do Rio Doce. É também descritiva, pois expõe características vinculadas ao perfil social, político e econômico das décadas de 1980 aos dias atuais, desta região em foco.

Quanto aos meios, foi uma Pesquisa Bibliográfica, com levantamento da literatura de afinidade temática. Foi uma Pesquisa Documental, pois se desenvolveu a partir da consulta e análise de conteúdo dos documentos constantes nas associações de moradores e de apoiadores (CPT, MST, CAT), coletas de documentos oficiais, fotos; além da coleta de depoimentos orais de assentados e lideranças, apoiada na metodologia da história oral.

É uma Pesquisa Social na medida em que buscou respostas também através da participação ativa de um grupo social, no caso os assentados rurais. É uma Pesquisa Histórica, pois abrange uma parte do processo histórico recente.

Nosso estudo abrange, portanto, para além de um esforço de reconstrução histórica mais geral, um quadro de reflexões específicas sobre a territorialização de três assentamentos de reforma agrária do Vale do Rio Doce no município de Governador Valadares. Para tanto a escolha da abordagem territorial, nos pareceu adequada. Nesse sentido lançamos mão das contribuições teóricas da história e da geografia, alinhando ainda que de forma fronteiriça, a ciência política e a sociologia.

O trabalho foi realizado nos assentamentos Barro Azul; Joaquim Nicolau e Oziel Alves Pereira. A pesquisa contou com a participação voluntária de assentados dos movimentos sociais na luta pela terra que forneceram seus depoimentos.

As entrevistas foram realizadas de forma temática, que Alberti (2004) aponta como sendo aquelas em que o entrevistado está diretamente relacionado com o assunto da entrevista. Desta forma trabalhamos com dois depoentes de cada um dos assentamentos, buscando os entrelaçamentos possíveis entre as histórias levantadas.

A coleta de depoimentos juntamente com a pesquisa nos documentos auxiliou a compreensão dos processos de territorialização dos três assentamentos de reforma agrária. Os testemunhos das vivências revelaram diversos nuances destes processos que de outra forma não seriam visíveis.

Finalmente, é necessário registrar que essa dissertação compõe o esforço de pesquisa de projeto maior (O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra), financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais - apoiou financeiramente projetos para “resgatar e registrar memórias não contadas do Brasil”. Nesse sentido a história da luta pela terra, no vale do rio Doce, compõe parte destas memórias.

O projeto foi avaliado pelo CEP- Comitê de Ética em Pesquisa, e obteve dois pareceres favoráveis à sua execução. Na Fundação Percival Farquhar/ FPF/UNIVALE, recebeu o CAAE: 79374517.0.1001.5157 com Parecer de aprovação:Nº.2.437.660. No Comitê do Centro de Pesquisas René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz/ CPqRR/ (instituição coparticipante) o CAAE da pesquisa é: 99444718.8.3001.5091 e o parecer de aprovação de número 3.144.212.

A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Na pretensão de responder ao problema levantado por este projeto (Qual a relação entre os movimentos sociais de luta pela terra no vale do Rio Doce, a partir da década de 1990, e a territorialização de assentamentos de Reforma Agrária no município de Governador Valadares/MG?) é que se traçaram os caminhos deste estudo.

Compreender os processos de territorialização de três assentamentos de reforma agrária, e sua relação com os movimentos sociais de luta pela terra no vale do Rio Doce exigiu uma abordagem que fosse além da histórica. Foi preciso recorrer a outras áreas do conhecimento para a compreensão de aspectos inerentes ao problema levantado. Além do processo de formação histórica do território regional, foi também necessário compreender o perfil político dos movimentos de luta pela terra no vale do Rio Doce, e o caráter da luta pela terra nesta região; para enfim pensar na territorialização dos assentamentos estabelecidos.

Assim, os capítulos dessa dissertação foram divididos pensando na articulação entre esses aspectos definidos como mediadores.

O primeiro capítulo, *Reflexos da questão agrária e da luta pela terra na formação histórica do território nacional e do vale do Rio Doce*, apresenta o panorama socioeconômico e político nacional, entre as décadas de 1980 até os dias de hoje, relacionado à luta pela terra. Em paralelo traçou o panorama local de modo a relacioná-los. Tais contextos caracterizam o quadro geral que explicam os processos e atores de disputa pela terra na região, a configuração dos assentamentos de reforma agrária no vale do rio Doce e as formas de sua territorialização. A bibliografia de referência serviu de base para a elaboração e discussão da temática.

Os movimentos sociais ganham destaque neste capítulo, pois é o contraponto do latifúndio. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e outros movimentos sociais, através de suas ações, da organização e formação de base ganham força. As resistências configuram novas políticas de formação e enfrentamento. Para compreender, portanto, a questão agrária do país é imprescindível compreender também os movimentos sociais de luta pela terra como indicam Fernandes (2000), Oliveira (2001).

No segundo capítulo - *Três assentamentos em um território avesso* - a abordagem se voltou para os três assentamentos implementados no município de Governador Valadares: Oziel Alves Pereira, Barro Azul e Joaquim Nicolau. Apresentou-se o histórico de constituição de cada um deles, as disputas e negociações que marcaram sua implementação, as resistências, a oficialização pelo Estado e outros aspectos que ajudam a caracterizar a sua identidade territorial. A discussão identificou aproximações, semelhanças e distinções nos processos de territorialização e organização dos três assentamentos. A impertinência do “avesso”, no título, está no fato de que em Governador Valadares predominava a força dos latifúndios como fonte principal do poder político (ESPÍNDOLA, 2008). A presença de movimentos sociais na região, portanto, tornou-se uma ameaça à política predominante e vigente. Neste capítulo busca-se uma descrição mais aprofundada da formação destes três assentamentos de reforma agrária, ritmada pelas falas de líderes e assentados.

No terceiro e último capítulo - *Da ocupação à criação do assentamento: dinâmicas da territorialização*-, também utilizando os depoimentos dos moradores e líderes destes assentamentos; ponderamos como se deu sua territorialização. Compreender os processos de territorialização dos assentamentos exigiu entender que eles se apresentam num contínuo (HAESBAERT, 2004) iniciado antes mesmo da sua formação e prosseguindo ainda nos dias de hoje. Utilizamos estrategicamente três datas específicas do processo de configuração dos assentamentos (COCA; FERNANDES, 2009): a data da ocupação, a data da obtenção da área e por último a data de formalização do assentamento. Por serem momentos distintos tanto na formação dos assentamentos como na configuração política que envolveu as famílias na luta

pela terra, essa estratégia facilitou a compreensão dos processos peculiares que distinguem os três assentamentos entre si.

Enfim, apresentamos, nas considerações finais uma breve síntese sobre o estudo realizado. Compreendemos a territorialização dos três assentamentos de reforma agrária de Governador Valadares como processos *em continuum*, que possuem raízes na própria história do Brasil, e na configuração histórica do território do vale do Rio Doce. Nesse sentido, mais do que respostas, novas questões, com novas perspectivas de análise ficam em aberto; e aguardamos que outros pesquisadores e projetos possam se dedicar a essa temática e a seus desdobramentos.

CAPÍTULO 1– REFLEXOS DA QUESTÃO AGRÁRIA E DA LUTA PELA TERRA NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO NACIONAL E DO VALE DO RIO DOCE

É, outra história, né? Mas o que eu vejo na minha concepção é isso, que, a luta ela começou em mil e quinhentos, já. E veio até agora. Não vai parar, né? É uma batalha sem fim, né? A luta pela terra é uma batalha sem fim. Agora, num poderia com... Com tanta, com tanta injustiça assim na luta pela terra, né? Os conflito, né? Não poderia existir, né? Num sou contra um latifundiário defender a sua propriedade, certo? Ele tá defendendo o que é dele, né? Não sou contra um movimento pra ocupá um latifúndio, tá cobrando uma dívida, né? (entrevista cedida ao projeto). Clóvis – Assentamento Barro Azul.

Clóvis, morador do assentamento de reforma agrária Barro Azul em Governador Valadares, Minas Gerais, situa em sua concepção sobre a luta pela terra, alguns dos elementos definidores da questão agrária no Brasil: luta pela terra, 1500, injustiça, conflitos, latifúndio, ocupação, dívida. Diversos autores de referência para esta questão afirmam que a questão agrária e a disputa pelas terras estão ligadas à gênese do país, vistas como elementos marcantes na formação do território nacional (MARTINS, 1999; FERNANDES, 2000).

Os embates dos colonizadores com os nativos, a violência contra os indígenas, a degradação ambiental e cultural, a formação de latifúndios voltados para monocultura e exportação perpassam pelo período colonial e deságuam no século XXI com inúmeras consequências. O latifúndio, por exemplo, é ainda hoje uma característica que molda duramente a política em certas regiões do Brasil, como herança do período colonial (PRADO, 1961); NOVAIS (1981).

Nesse sentido, a formação histórica do território brasileiro possui nuances que reverberam ainda hoje nas questões políticas, sociais e culturais do país. Isto fica claro quando se volta o olhar para as questões agrárias: lutas, resistências, domínios capitalistas, desapropriação de terra, degradação cultural e ambiental (FERNANDES, 2000; MARTINS, 1999). A luta pela terra no Brasil, portanto, faz parte da sua formação histórica e territorial e os reflexos dessa formação são percebidos nos mais diversos seguimentos da sociedade.

O tema reforma agrária é, segundo José de Sousa Martins (1999), um dos mais espinhosos no debate público. Opiniões e paixões ideológicas se misturam aos pontos de vista que se tornam mosaicos caóticos na busca de soluções sociais, geralmente antagônicas. Para o autor, poucos são os trabalhos vinculados à produção de conhecimento sobre a temática que não misturem posicionamentos ideológicos com o fazer ciência. Sua posição quer criticar o modo como o tema é abordado para que, antes de tudo, se dê ênfase merecida ao assunto, seja

ela pela conjuntura política do momento, seja ela pelas grandes mudanças que a contemporaneidade apresenta e seus desafios ou até mesmo pela formação histórica do próprio território brasileiro.

Por um lado, não há como dissociar a questão agrária da história brasileira em sua gênese, como afirma Fernandes (2000), pois a resistência indígena frente à colonização, a formação de quilombos, a presença de imigrantes vinculada à luta camponesa e a manutenção de latifúndios desde o período colonial; são formas de luta pela terra. Sobre os processos históricos de concentração de terras no Brasil e às diversas manifestações de luta pela terra.

Por outro lado, diferentemente de afirmar que a luta pela terra faz parte da história e da formação do território nacional, a atual lógica representada pela gigantesca rede latifundiária ligada ao agronegócio fixa o Brasil entre os 10 maiores produtores agrários do mundo (SEAPA, 2017), desconsiderando a história. Sobre a questão é elucidativo o posicionamento de Guilherme G. Télles Bauer¹:

Ora, essa modernização que vem sendo implementada desde o regime militar, modificando radicalmente o sistema produtivo e gerencial, transformando a massa trabalhadora em assalariados, baseia-se, no entanto, como antes, na continuada exploração de uma mão de obra rural barata e oprimida e hoje cada vez mais descartável, deixando intocado o regime de propriedade fundiária e o sistema de poder nele assentado e que dele emana (BAUER, 1998, p. 137-138)

Neste sentido, é importante ressaltar como a concentração de terras se acentuou nas últimas décadas, através dos processos de modernização e urbanização brasileira, que no campo se caracterizou pelo advento da revolução verde. Esta foi resultado de um modelo agrário implantado pela ditadura militar, que desenvolveu a modernização da agricultura, a produção para exportação e o uso de produtos agroquímicos, impulsionou o êxodo rural e a concentração da terra e dos subsídios para a produção (MST, 2010, p. 9).

Portanto, apresentar a questão agrária como uma pauta política, socioeconômica e cultural é reconhecer a sua pertinência no debate nacional. Aliás, pauta esta que o Movimento Sem Terra (MST) apresenta como conquista por conseguirem, em meio a tantas resistências políticas, mantê-la em discussão pelo Estado (MST, 2010). A terra, e o direito de tê-la tornam-se uma bandeira de luta que representa também o direito à educação, à saúde, à moradia, às tecnologias que caracterizam a globalização (FERNANDES, 2008). Os atuais movimentos

¹ Professor do Departamento de Serviço Social Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutor em Ciência Política pela Ruprecht - Karls - Universität Heidelberg.

sociais ligados a luta pela terra são exemplos da resistência popular ao modelo de ocupação territorial. Assim como a sociedade apresenta lógicas diferentes em sua organização no tempo, o mesmo ocorre com os movimentos sociais, pois são “sujeitos históricos que construíram e expressam cidadania coletiva” (GOHN, 2008, p. 26).

O Estado e os movimentos sociais ligados à luta pela terra passam a exercer maior peso na política agrária a partir dos anos 1960, segundo Marcelo Rosa (ROSA, 2011). Foi em 1964, que o então Presidente da República, Humberto Castelo Branco, sancionou a lei que “dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências”². A lei em questão (**Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**) tinha como objetivo regular “os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”.

A disputa pela terra anteriormente a esta data pode ser observada sob uma configuração onde poucos são os que tem oportunidade legal de concentrar em suas mãos grandes extensões de terras. A concentração fundiária, portanto, não pode ser dissociada da ocupação de terras brasileiras como afirma Fernandes (1999). O autor aponta os citados como duas grandes engrenagens que geram os principais problemas da questão agrária contemporânea. Tal conjuntura política, histórica, social e cultural influenciou e influencia a formação do território nacional, pois, o discurso capitalista retroalimenta uma lógica em que a terra é o grande gerador de riquezas cumulativas. Discurso este que aponta diretamente para o seu oposto, a desconcentração fundiária, onde mais que um bem capital, a terra também é um modo de vida camponês.

Ainda sobre a questão agrária, Oliveira (2001) aponta que esta possui suas raízes na colonização portuguesa nos séculos XVI e seguintes, quando povos indígenas sofreram “etno/genocídio histórico” (OLIVEIRA, 2001, p. 190) com continuantes diretas no século XXI: as reservas indígenas, principalmente na Amazônia sofrendo pressão do latifúndio e da agricultura moderna.

Além dos indígenas, atualmente, as comunidades quilombolas protagonizam movimentos de resistência relacionados à manutenção de suas terras e culturas tradicionais, nem sempre legalmente reconhecidas como tal. Possesiros, meeiros, e outros tantos atores ligados aos camponeses sem terra participam desta parcela que segundo Oliveira (2001), estão na linha de frente por serem as principais vítimas da forma violenta em que tem se caracterizado a luta pela terra no Brasil.

² Site do Governo Federal. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm.

João Pedro Stédile³ (STÉDILE, 2011, p. 15), por sua vez, num posicionamento mais políticomilitante, na introdução do livro “A questão agrária no Brasil - O debate tradicional – 1500-1960”, do qual é organizador, situa que:

O conceito “questão agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra.

Assim, tal conceito é tratado pelo autor como “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”. (STÉDILE, 2011, p. 15-16). Nesse sentido, em sua discussão, Stédile buscou elucidar a questão agrária brasileira em uma linha temporal que se desloca a 50 mil anos no passado para apresentar a temática em quatro grandes períodos, a saber: “Uma interpretação da questão agrária brasileira. Primeiro período: de 50.000 a.C. a 1.500 d.C.; Segundo período: de 1500 a 1850; Terceiro período: de 1850 a 1930; Quarto período: de 1930 a 1964” (STÉDILE, 2011, p. 17-31).

A partir de estudos de autores consagrados em suas respectivas áreas de conhecimento, como, por exemplo, Darcy Ribeiro, é que Stédile tece comentários sobre as circunstâncias particulares que definiram a disputa pela terra no Brasil; “a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras”; as legislações pertinentes a cada período; os conflitos permanentemente gerados na sociedade brasileira (STÉDILE, 2011, p. 17-31).

Outro autor pertinente para a discussão sobre a questão agrária é o sociólogo José de Souza Martins. Em sua vasta obra a luta pela terra e os movimentos sociais ganharam destaque. “O Cativo da Terra”, livro publicado em 1979 ganhou novas edições com alterações que o próprio autor considerou necessárias. Nesta obra, Martins (1979) discute a

³ Economista com pós-graduação pela Universidade Nacional Autônoma do México e ativista social brasileiro, Stédile é membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do qual é também um dos fundadores. Informação retirada do site da Editora Saraiva, que lançou o livro do economista – Questão agrária no Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.editorasaraiva.com.br/autor/joao-pedro-stedile/>

transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado; algo que para o autor não ocorreu do modo como é descrito em alguns clássicos da literatura brasileira como pelo historiador Caio Prado Júnior (1966) e Florestan Fernandes (1965).

O sociólogo defende que esta transição na verdade não configurou a criação de um sistema totalmente novo, pois, mesmo com o fim da escravidão, os lucros obtidos através dela seriam mantidos. Não por acaso o autor destaca o fato de que na mesma semana em que se decretou o fim do tráfico negreiro em 1850 ocorreu também a criação da Lei de Terras, tornando a reforma agrária no país praticamente impossível.

Martins (1971) defende a tese de que de um lado, durante a escravidão, terras devolutas poderiam ser empossadas, normalmente por pequenos agricultores e havia as cartas das sesmarias emitidas pelo governo que dava direito de posse. Este sesmeiro, senhor de escravos, frente a muitos posseiros poderia incorporá-los às terras, ou mesmo expulsá-los. Fato é que as terras não dispunham de grande valor já que para um ou para outro, havia a ocupação que era mais barata, “simples e eficaz” (MARTINS, 1971, p. 35). Por outro lado, após o fim do tráfico negreiro e a escravidão com o tempo contado, a Lei de Terras inverte o processo tornando o trabalho “livre”, mas as terras cativas. Só se poderiam adquirir terras se fossem compradas. Portanto, os imigrantes que substituiriam a mão de obra escrava só poderiam adquirir terras depois do acúmulo de capital proveniente do trabalho em grandes fazendas; o que manteve o formato de produção desejado pela elite dominante.

Nesse sentido, para Martins, tal transição não aconteceu da noite para o dia, mas algo que perdurou em torno de 100 anos. Em outras obras o autor amplia a discussão, como em ‘Camponeses e a política no Brasil’ (MARTINS, 1981); ‘Exclusão social e a nova desigualdade’ (MARTINS, 1997); ‘Reforma agrária: o impossível diálogo’ (MARTINS, 2004) e outras que também se tornaram clássicas para a literatura brasileira sobre a questão agrária.

O pensamento de Martins (1979; 1986; 1997) ajuda a elucidar a questão da luta pela terra no Brasil, chamada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001) de moderna, por caracterizar a disputa pela terra no território brasileiro do século XX; uma vez que a consolidação do campesinato como classe social, segundo esse autor, já havia ocorrido no século anterior. Assim, ele afirma que:

os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas. (...) esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas,

impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo, pois, desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência. (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

Os movimentos sociais de luta pela terra, como Oliveira (2001) afirma, surgem diante das contradições que não se “limitam apenas no momento de enfrentamento entre classes ou entre camponeses e o Estado” (FERNANDES, 2004, p. 2). Para Fernandes, o conceito de conflitualidade proveniente do processo alimentado pelo capitalismo ajuda a analisar o desenvolvimento do território brasileiro pela ótica da questão agrária. O autor afirma que o capitalismo produz uma desigualdade contraditória e simultânea: ao mesmo tempo em que concentra muita riqueza gera e expande a pobreza (FERNANDES, 2004, p. 4). Tal contradição vai ao encontro ao que Martins (1981) diz sobre a submissão da terra ao capital, algo que resulta na contrapartida: camponeses que resistem a esta lógica.

Fernandes (2004, p. 6) afirma que:

A questão agrária é composta da contradição e do paradoxo, que revelam sua complexidade. A contradição está na estrutura do sistema capitalista e o paradoxo no movimento da questão agrária. E é este o seu caráter mais importante, porque manifesta conflitualidade e desenvolvimento através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente. Do reconhecimento dessas diferenças compreendemos melhor a conflitualidade que promovem o desenvolvimento do Brasil.

Outro ponto importante tratado é o fato de que o campesinato não pode ser compreendido apenas como força resultante e contrária a lógica capitalista operante. A luta pela terra é uma estratégia política do campesinato que protagoniza a ocupação da terra. Em sua clássica obra “A formação do MST no Brasil”, Fernandes (2000) mostra como a estratégia de ocupação da terra feita por movimentos sociais, em especial, o MST, não apenas se intensificou durante a redemocratização do Brasil; mas se organizou, se politizou e se expandiu ganhando vozes e força (FERNANDES, 2000, p. 279).

Sobre a questão Leonilde Servolo de Medeiros avalia:

As lutas por terra no Brasil são produto de experiências diversificadas que encontram à frente desde o latifúndio tradicional e em crise, a *grilagem*, até as modernas formas de apropriação da terra para valorização/especulação ou pelo que vem sendo chamado de “agronegócio”. (MEDEIROS, 2009, p. 219).

Para Fernandes (2005) a luta pela terra envolve uma questão territorial e é também um movimento socioterritorial, que envolve mais que a questão da propriedade de terras, mas envolve questões relacionadas aos direitos da cidadania e da cultura. Nesse sentido o próprio MST (2010, p. 11) afirma que:

Uma das principais conquistas do MST é manter o tema da reforma agrária na pauta de discussão da sociedade e do Estado. [...] Acima de tudo, foi conquista da a dignidade da cidadania, porque quando a cerca do latifúndio é rompida, também se rompe a cerca do “voto de curral”, do coronelismo e da dominação política.

Neste sentido considera-se também o ambiente vivido, o espaço geográfico modificado pelas diversas forças humanas que por sua ação política geram novos territórios multifacetados, os assentamentos de reforma agrária.

1.1 ASSENTAMENTO, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIZAÇÃO.

A discussão sobre a reforma agrária não fica limitada às ações governamentais diante das necessidades históricas já apontadas. Tampouco aos movimentos sociais de luta pela terra em suas nuances de resistências e formação organizada em torno de uma meta. Isto porque a própria discussão em si, como algo político, social e histórico, passa a ser uma confluência de atores que perpassam classes sociais e questões socioespaciais que estão imbricados na configuração dos diversos assentamentos de reforma agrária no país, apresentando inclusive diferentes resultados.

Tomar os assentamentos de reforma agrária como territórios implica considerar uma abordagem conceitual que dê conta de compreendê-los numa perspectiva ampla, considerando tanto sua materialidade como suas nuances subjetivas. Para tanto, tomamos o conceito de território desenvolvido por Rogério Haesbaert (1997, p. 42), quando este afirma que:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e a ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduo.

Este conceito adequa-se aos sentidos tomados pelos assentamentos de reforma agrários, tanto observados na dimensão concreta de sua implementação geográfica e legal; como

observados na dimensão subjetiva/simbólica referente ao significado que lhes é conferido pelos atores sociais envolvidos, tanto os favoráveis, como os seus contrários. De toda forma os processos de territorialização que definem os assentamentos de reforma agrária ocorrem relacionados a diferentes interesses, formas de luta pela terra, atuação de lideranças, forças de resistência, entre outros aspectos. Neste sentido, Haesbaert (2004, p. 97) mostra que:

territorializar-se é criar mediações espaciais que nos proporcione o efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também como indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo.

Sobre diferentes pontos de vista, ora divergentes, ora complementares alguns autores buscam elucidar o conceito de assentamentos de reforma agrária e discutir sua consolidação. Bergamasco et. al (1997, p. 19), por exemplo, entendem que “assentamento é um espaço onde se materializa as relações” que deve ser compreendido em tempos e espaços diferenciados. De modo semelhante Zimmerman (1994) os aponta como um espaço relacional e social cujas características individuais, portanto heterogêneas, “são homogeneizadas através da luta pela terra”.

A semelhante afirmação de Alves (2008) de que “assentamento é um espaço onde se materializam as relações sociais” reforça a ideia de complexidade na formação de um assentamento, mesmo que estes tenham partido de uma luta comum, a luta pela terra. Neste ponto, Fernandes (1999, p. 36), considerando as ações do MST, afirma que a luta pela terra é bem diferente da formação do assentamento. Enquanto a primeira é compreendida, segundo o autor, como uma espacialização, o segundo momento, o da formação do assentamento seria a territorialização:

registrar-se no espaço social em um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST.

A territorialização, portanto, se inicia antes mesmo da formação dos assentamentos, pois está diretamente conectada com os objetivos da luta pela terra nos movimentos sociais. Todas suas ações anteriores à formação do assentamento caracterizam também o próprio assentamento, territorializando-o:

A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra. (...) Nesse processo, a fração do território é conquistada na espacialização da luta, como resultado de formação e organização do movimento. Dessa forma, o território conquistado é trunfo e possibilidade de sua territorialização na espacialização da luta pela terra. (Fernandes. 1994, p.182).

A partir destas implicações que envolvem a territorialização, assentamentos de reforma agrária e a luta pela terra, muitos trabalhos têm buscado demonstrar por diversas abordagens, como implementações de assentamentos possuem nuances múltiplas, mesmo partindo de uma mesma premissa. São estudos que ajudam a demonstrar as diferentes formas de territorialização.

Coca e Fernandes (2009) em trabalho apresentado no IV Simpósio internacional de Geografia Agrária, no Rio de Janeiro, tratam de diferentes formas de implementação de assentamentos de reforma agrária no nordeste brasileiro. Estes autores afirmam que há três datas muito específicas na formação de um assentamento considerando sua concretização física e simbólica: a data da ocupação da terra, a data da obtenção legal da área, e a terceira a data da criação do assentamento. Afirmam também que as duas últimas poderão ser as mesmas, mas jamais serão tão importantes quanto a primeira. Isso porque a “data de ocupação nem sempre possui o registro documentado”, mas carrega a simbologia da luta e do esforço dos envolvidos naquela ocupação (COCA e FERNANDES, 2009). É importante pensar nestes detalhes, pois fogem aos documentos, mas aparecem nos relatos extraoficiais. Assim a ocupação torna-se uma etapa da luta pela terra.

Sobre a região Sul do país existem muitos trabalhos diretamente relacionados com tais discussões. Como exemplos, citamos o trabalho de Marcelo Cervo Chelotti juntamente com Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol (2003), e o estudo de Rigoni (2014). Chelotti e Hespanhol (2003) descrevem as reorientações geográficas e o processo de re-territorialização de um município no Rio Grande do Sul quando este recebe a instalação de 21 assentamentos, com 583 famílias e agregados. Neste trabalho, as contradições entre latifúndio que deixou de ser hegemônico na região, e os assentamentos, surgem exatamente por se ter a implementação de uma agricultura familiar de grande impacto social na região.

O artigo do professor Emerson Rigoni (2014) buscou mostrar a territorialização e evolução do assentamento de reforma agrária na cidade de Teixeira Soares, no Paraná, sob a

visão dos próprios assentados. Muitos relatos são apresentados no trabalho buscando dar a visão daqueles que estiveram no início da implementação do assentamento na cidade. A rejeição dos moradores da cidade e a dificuldade de produção da agricultura familiar, no início da implementação do assentamento, são aspectos destacados no trabalho. O texto busca demonstrar que territorializar não implica apenas em empossar-se de um espaço. Demanda tempo, comprometimento; depende das relações entre os grupos e entre as classes, da nomeação do espaço e do auto reconhecimento dos ocupantes como assentados.

Estevan Leopoldo de Freitas Coca e Bernardo Mançano Fernandes (2009) sobre outra região extrema do país, Norte e Nordeste, analisaram modelos de reforma agrária conduzidos pelo Estado: a Reforma Agrária de Mercado – RAM, em que as terras são acessadas por uma espécie de financiamento; algo que segundo os autores, é desejado por aqueles que temem uma reforma agrária massiva, rápida e comprometedora da estrutura fundiária vigente (COCA, FERNANDES, 2009, p. 2). O trabalho não aprofunda nas discussões mais políticas, mas busca descrever a distribuição deste tipo de assentamento no Norte e Nordeste com destaque para o estado de Tocantins.

Outros trabalhos buscaram descrever os assentamentos de reforma agrária pela territorialização que ocorreu em meio ao latifúndio agrário e pecuário. Rodrigues (2014) em sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal de Goiás, apresenta uma peculiaridade: o latifundiário, visando mudar de região, buscou através da reforma agrária, uma alternativa de capitalização monetária. A Reforma Agrária de Mercado, seria segundo a autora, um modo de vender a terra, a preço de mercado; o esforço em prol da reforma agrária veio ao encontro ao desejo do dono da terra em Goiás. A fazenda em questão, chamada Fazenda Itapira, cujo dono era admirado pelos assentados por ter proposto sua terra para a RAM, foi colocada à negociação com o INCRA a fim de capitalizar e reproduzir o latifúndio pecuarista em Minas Gerais (RODRIGUES, 2014, p. 38).

Há trabalhos que buscam discutir mais sobre o processo de territorialização do que sobre os processos advindos dos movimentos sociais estabelecendo ou estabelecidos em assentamentos de reforma agrária. Noções de identidades territoriais, por exemplo, são discutidas nos trabalhos de Fábio Pollice (2010) e Chelloti (2010). Os processos de territorialização perpassam pela formação de identidades coletivas que por sua vez, perpassam pelas identidades individuais, configurando uma análise que exige a compreensão simultânea de conceitos e eventos em constante movimento.

Portanto, compreender um assentamento como um território, descrever sua territorialização envolve, tanto questões macro dinâmicas como a luta pela terra, a política do

Estado em se fazer a reforma agrária, as contradições da lógica capitalista advindas dos latifúndios agropecuaristas frente às noções da vida camponesa e de agricultura familiar; às questões locais; como também envolve micro dinâmicas centradas nas particularidades de cada lugar, na realidade histórico-temporal, ou nas motivações objetivas e subjetivas de cada indivíduo envolvido na luta em convergência com seus pares, e nas divergências em relação a seus opositores.

Se aproximarmos as categorias territorialização, identidade, movimentos sociais de luta pela terra e assentamentos de reforma agrária, temos um nicho mais específico de trabalhos. Dentre os muitos autores que podem ajudar na temática está Rosa Maria Vieira Medeiros (2009). A autora, em um trabalho publicado no livro organizado por Marcos Aurélio Saquet e Eliseu Savério Sposito, *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*; ela mostra as relações que existem entre o território e a identidade na formação de assentamentos rurais. Em outro trabalho, a geógrafa frisa a história da colonização do Rio Grande do Sul frente às dificuldades do acesso às terras imposto pelos governos no início do século XIX, para depois analisar a formação da identidade camponesa da região em torno de um sentimento comum, dando origem ao que ela chama de território (MEDEIROS, 2007).

Outro trabalho que busca compreender melhor a questão agrária em solos gaúchos foi escrita pelo geógrafo Marcelo Cervo Chelotti (2013): *A dinâmica territorialização-desterritorialização-re-territorialização em áreas de reforma agrária na campanha gaúcha*. Neste trabalho, o autor discute os processos de territorialização-desterritorialização-re-territorialização, conceito que na Geografia é chamado de T.D.R., aplicando-o sobre os assentamentos instalados pelo Governo Estadual e Federal no Rio Grande do Sul. O autor, possui outros trabalhos dedicados à discussão sobre território e identidade territorial (CHELOTTI, 2010).

Outro destaque é a dissertação de mestrado do autor Lucas Magno (2011), com o título *Territorialização, Conflitos, Construção e as Identidades no Assentamento Rural Aurora em Descalvado – SP*, que discutiu o desenvolvimento rural na formação de novos territórios a partir dos atores ligados aos movimentos sociais de luta pela terra. A discussão sobre identidade é permeada pelos debates que envolvem múltiplos conjuntos de fenômenos sociais que ocorrem no meio rural, chamados pelo autor de ruralidades, pela resistência ao agronegócio através das estratégias que o então assentamento em questão, apresentou. Cabe destacar também neste trabalho, a presença da mobilização coletiva para contrapor a lógica mercadológica de ocupação de terras na região que é voltada para a produção do biocombustível, com plantações de cana-de-açúcar, mecanização das áreas agricultáveis

(MAGNO, 2011, p. 76).

Tal ação coletiva contribui para observar as semelhanças estratégicas, por exemplo, de movimentos sociais que se organizam em torno da ocupação de terras garantindo assim ações de resistência à lógica capitalista agrária, mas também gerando alternativas de produção como a agricultura familiar. A presença de sindicatos no auxílio para mobilização popular a fim de gerar lideranças embrionárias, em um processo de “formação de base”, foi o que, segundo o autor, garantiu a gestação de uma nova categoria social no município: “os sem-terra” (MAGNO, 2011, p. 79).

Os trabalhos acima elencados permitem perceber que o processo de espacialização e em cada territorialização depende dos aspectos individuais dos territórios/assentamentos em questão; que assim como os atores ali inseridos, com toda sua herança socio-histórica, e visão de mundo; as circunstâncias e outros fenômenos incidirão na configuração destes territórios.

Ao colocar o vale do Rio Doce em foco, ressaltando-se os objetivos deste projeto, as nuances específicas que são destacadas no trabalho de Magno (2011) também exigem maior cuidado com as especificidades do que generalização.

No programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território ministrado pela Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, duas dissertações buscaram discutir a questão agrária considerando os movimentos sociais de luta pela terra. Nagel Medeiros (2011) obtém seu título com a defesa da dissertação: *Fazenda do Ministério: um território, dois momentos, muitos significados*. Seu trabalho é voltado para o histórico, em dois momentos, de uma ‘Fazenda do Ministério’ em Governador Valadares, que pertencia ao Estado brasileiro. Esta fazenda, no ano do Golpe Militar, 1964, havia sido “palco de disputa entre trabalhadores rurais e latifundiários” (MEDEIROS, 2011, p. 5). Tal disputa ganhou novas conotações trinta anos mais tarde, em 1994, quando o MST liderou a ocupação desta mesma fazenda. Dois anos mais tarde ocorreu a desapropriação de fato, estabelecendo-se ali, o assentamento de Reforma Agrária Oziel Alves Pereira. (MEDEIROS, 2011).

As reflexões propostas por este trabalho exigiram análises que se apoiaram em compreender diferentes contextos sócio históricos e espaço-temporais; voltando-se para as estratégias dos movimentos sociais, tanto no passado referente ao início do conflito pela terra em 1964; quanto para a década de 1980, quanto o território em si, vinculado à cidade de Governador Valadares, passou por mudanças significativas e o movimento de luta pela terra apresentava outro tipo de organização. Medeiros (2011) centrou seu trabalho, portanto, na busca dos significados deste território que se tornou alvo de disputas em contextos completamente diferentes.

A dissertação *Construção de Novas Territorialidades na Relação entre o Assentamento Edmar Fritz e a cidade de Teófilo Otoni-MG*, de Aloídes Souza de Oliveira (2016), no PPG-Gestão Integrada do Território/UNIVALE, também traz à tona a questão da reforma agrária. Neste trabalho a autora buscou discutir as interrelações entre os assentados e a sede do município onde se localiza o Assentamento Edmar Fritz. Apesar de não fazer parte do vale do Rio Doce, a luta pela terra na cidade de Teófilo Otoni – MG possui implicações diretas com o vale do Rio Doce, seja pela proximidade e ligação pela rodovia Rio-Bahia (BR 116), conectando os dois vales, Rio Doce e Mucuri (MORISSAWA, 2001); seja também pelas práticas comuns de posseiros, grileiros e a implementação de grandes fazendas para pecuária de corte (ESPÍNDOLA, 2011).

A contribuição destes dois trabalhos está no uso do recorte ‘assentamentos de reforma agrária’ bem como no investimento na compreensão da problemática sócio-territorial que caracteriza a formação histórica do território correspondente ao vale do Rio Doce e regiões adjacentes.

Como visto, existem diversos trabalhos que envolvem as discussões sobre territorialização, assentamentos de reforma agrária e identidade. Pela própria complexidade da temática percebem-se perspectivas distintas de abordagem, e, portanto, distintos resultados. Entretanto, as diferentes contribuições nos fornecem um corpus documental que nos podem favorecer os estudos sobre questões em escalas mais locais, sem perder as referências mais globais.

1.2 SITUANDO O VALE DO RIO DOCE

O processo de povoamento do vale do rio Doce a partir do século XVIII é analisado, conforme Espíndola (2001), como uma espécie de conquista militar e catequética. A região deixou de ser uma área proibida para exploração e passagem a partir da decisão da Coroa portuguesa; e ambas as frentes, militar e religiosa dividiram a missão de conquistar a região que era habitada por nativos⁴. A ocupação das terras do vale do Rio Doce, portanto, ocorreu a partir do “controle da zona da floresta, extermínio cultural das populações nativas e diluição genérica dos índios no conjunto da população nacional” (ESPÍNDOLA, 2015, p. 167). Como

⁴ No século XVIII essa região foi mantida pelas autoridades como obstáculo natural estratégico para impedir o tráfico do ouro e diamantes da zona mineradora. No auge da exploração dessas riquezas prevaleceram as proibições à passagem ou à colonização por medida da Coroa Portuguesa, tirando proveito das barreiras naturais, da dificuldade de navegação no rio e da imensa floresta insalubre e povoada por tribos indígenas (ESPÍNDOLA, 2005)

se vê, já no início da ocupação do vale do rio Doce, a disputa pelo controle do território, indispôs grupos indígenas nativos e colonizadores.

Nas primeiras décadas do século XX, segundo Vilarino (2008, p.17) é que se inicia efetivamente a ocupação da região do Médio Rio Doce, a partir do início da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) em 1903. Vilarino (2008, p. 26-27) também aponta que:

Na década de 1920 a política siderúrgica mineira definiu o interesse oficial em relação à região do Rio Doce, impulsionando o povoamento e a exploração das riquezas naturais. A combinação minério de ferro- reserva florestal foi estratégica para a definição da política siderúrgica do governo de Minas Gerais e, ao mesmo tempo, atenderia as necessidades da economia brasileira. A opção mineira abriu para o capital estrangeiro as ricas reservas de minério, se aproximando das tendências internacionais de divisão do trabalho, pela qual Minas Gerais e o Brasil se colocavam como produtores e fornecedores de matérias-primas e importadores de produtos acabados. Entretanto, os mineiros também buscaram caminhos próprios, incentivando a instalação de companhias siderúrgicas e fábricas de ferro-gusa que utilizassem o carvão vegetal.

Foi, então, no início do século XX, e especialmente a partir da década de 1930 que ocorreram profundas mudanças socioambientais na região, devido a maior presença humana que, aos poucos, foi subtraindo nocivamente as florestas da região, como afirma Espíndola (2000). A exploração extrativista, redução da fauna característica da região, poluição de rios afluentes do Doce, diminuição de nascentes e cursos de água acabou caracterizando a ocupação humana da região e determinando inúmeros problemas ambientais de longo prazo.

A segunda metade do século XX caracterizou o início da industrialização do país e este movimento rumo à modernidade trouxe para o vale do rio Doce uma lógica ocupacional ligada ao crescimento econômico (BORGES, 2004). Infraestrutura como pontes, rodovias que conectam os grandes centros a diversas regiões transformam a cidade de Governador Valadares em um polo estratégico. A riqueza verde vinda da madeira, do solo fértil, dos minerais; somada aos efeitos da industrialização transformou esta cidade e outras que acompanham a Estrada de Ferro Vitória-Minas – EFVM (ESPINDOLA, 2008). Espíndola afirma ainda que estas mudanças ocorreram sob a regência dos grandes proprietários de terra que não apenas detinham o poder econômico local nas mãos, mas também o poder político. Foi neste contexto que o poder latifundiário e as estruturas produtivas do meio rural acabaram ditando os caminhos do crescimento econômico da bacia do rio Doce.

O resultado, como podemos observar hoje, é que no leste de Minas Gerais se exauriram as riquezas naturais, minérios e florestas, uma quantidade enorme de sua população emigrou e muito pouco se acrescentou à qualidade de vida dos que permaneceram. Foi uma combinação socialmente trágica de crescimento econômico, concentração fundiária, desigualdade social e, fundamentalmente, degradação ambiental. Seria, utilizando um conceito moderno, um exemplo indiscutível de Desenvolvimento Não-Sustentado no sentido clássico consagrado pelas Nações Unidas, ou seja, a completa desarmonia entre o desenvolvimento e o meio ambiente, por um lado, e, por outro, uma falta de equidade entre a satisfação das necessidades da geração presente e das gerações futuras. A siderurgia, no entanto, não foi a única responsável pela degradação ambiental. O café, a pecuária, a indústria madeireira, a siderurgia a carvão vegetal, a fabricação de celulose, entre outras atividades, também foram responsáveis pelo desmatamento, o que, evidentemente, não deixaremos de levar em conta. (BRITO et al, 1997; pp. 32).

Somando-se aos problemas socioeconômicos e ambientais supracitados, o vale do rio Doce presenciou nos anos de 1960, uma crise advinda do declínio das atividades que anteriormente atraíram imigrantes para a região. Iniciaram-se movimentos migratórios de saída e o vale do rio Doce torna-se uma “região problema” (ESPÍNDOLA, 1998). Pequenos agricultores passaram a competir com latifundiários que agiam na grilagem, no uso da violência e coação. Posses se tornaram meeiros, assalariados e sem terra.

A efervescência das Reformas de Base de 1960 iam diretamente contra a cultura latifundiária já instalada na região do vale do rio Doce. O histórico violento da região ficou mais evidente no início do ano de 1964, quando latifundiários sindicalistas e trabalhadores rurais entraram em confrontos que se tornaram violência explícita como demonstra Borges (2004, p. 309):

As imagens de cemitérios cravados no meio das matas, de famílias inteiras sendo assassinadas, de tenentes e coronéis de polícia transformando-se em grandes proprietários rurais da noite para o dia e de Juizes de Paz que jamais eram localizados pelos reclamantes, eram uma demonstração do casamento entre latifúndio e siderurgia, modelo que ainda hoje vigora na região. As resistências que porventura ocorriam eram tratadas como caso de polícia.

Tais resistências que foram duramente reprimidas, perderam força com a implementação da Ditadura Militar de 1964, reverberando em toda região do vale do rio Doce. As discussões sobre reforma agrária somente voltam a ganhar holofote na região três décadas após o golpe militar, já no período de redemocratização política; como reflexo do movimento de sindicatos de trabalhadores rurais com apoio do Movimento Sem terra (MST) iniciado no município de Poté, no vale do Mucuri, no Leste de Minas Gerais.

Neste contexto a presença do MST no vale do rio Doce a partir dos anos 1990 recoloca em discussão a pauta da questão agrária e da luta pela terra. A reorganização do movimento de trabalhadores rurais na região motiva tanto os próprios trabalhadores como uma reação contrária dos fazendeiros locais. Nagel Medeiros (2011, p. 57), em sua dissertação de mestrado (Fazenda do Ministério: Um Território, Dois Momentos, Muitos Significados)⁵, ilustra a posição dos fazendeiros estampada em notícia veiculada no Diário do Rio Doce (DRD)⁶, quando da ocupação da Fazenda do Ministério, atual assentamento Oziel Alves Pereira:

Como em 1964, também 30 anos depois, a classe ruralista de Governador Valadares se sentiu ameaçada no seu poder de dominação e se manifestava na imprensa local. Já no dia seguinte à entrada dos sem-terra na Fazenda, matéria jornalística do DRD, de 25 de agosto de 1994, aparecia sob o título: “Invasores erguem barracas na Epamig”. A reportagem registra as informações básicas sobre a situação, como número de ocupantes, como estavam sendo erguidas as barracas, a presença da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e as providências tomadas pelas autoridades.

Entretanto, as reações negativas dos fazendeiros não foram suficientes para impedir os avanços do movimento na região. O resultado das diversas ocupações em todo vale do rio Doce, desde 1993 até os dias atuais, foi a implementação de 23 assentamentos de reforma agrária. São nove cidades que contabilizam cerca de 674 famílias assentadas, segundo o site do INCRA⁷⁷ (2018). Em Governador Valadares, há três assentamentos implementados: Barro Azul, Joaquim Nicolau e Oziel Alves; os três na segunda metade da década de 1990.

⁵ Defendida no Programa de pós-graduação em Gestão Integrada do Território – GIT/UNIVALE; em 2011.

⁶ Jornal diário que circula em Governador Valadares e cidades próximas, desde 1957.

⁷ Segundo o Incra (2017) são as seguintes cidades do vale do Rio Doce que possuem assentamentos de Reforma agrária (PAs): Governador Valadares, Jampruca, Periquito, Resplendor, Santa Maria do Suaçui, São José de Safira, Pingo d’Água, Tarumirim e Tumiritinga.

CAPÍTULO 2 – TRÊS ASSENTAMENTOS NUM TERRITÓRIO AVESSO

O estabelecimento de um assentamento de reforma agrária não é um evento corriqueiro, especialmente quando se trata de algo que não estaria num horizonte de expectativa próximo ou desejável para uma região. Os determinantes socio-históricos, políticos e econômicos, que tangenciam uma tal implementação devem ser pensados de forma a se obter uma visão de contexto mais abrangente.

Podemos imaginar que não foi e não é fácil para os ‘sem terra’, agora ‘com terra’, se estabelecerem. Por exemplo, os assentados ainda são chamados de sem terra, como se não se reconhecesse que o direito à terra lhes foi garantido. O imaginário social predominante ainda é o do sem-terra marginal, bandido, invasor de propriedade privada; como ainda estampam as notícias de jornal, que são quase sempre desabonadoras do movimento social⁸.

Dado todo o contexto histórico da região, a presença destes três assentamentos em Governador Valadares, a partir da segunda metade da década de 1990 reflete mais do que apenas um choque de concepções e interesses sobre a propriedade e uso da terra entre os movimentos sociais e a política latifundiária até então dominante no vale do Rio Doce. Não reflete, é certo, o fim de um privilégio exclusivo e estrutural sobre o uso da terra voltada ao latifúndio, pois a área incorporada pela reforma agrária é ainda mínima (0,002% da área total do município)⁹. Entretanto, reflete o que poderia ser chamado de estratégia vitoriosa por parte dos movimentos sociais de luta pela terra (e outros direitos), pois afinal, estabelecer não um, mas três assentamentos de reforma agrária em Governador Valadares, cidade que outrora foi um bastião fundiário, ressignifica os esforços das lideranças e lutas anteriores.

Em 1964 o coronelismo usou armas para “calar” o sindicato dos trabalhadores rurais, expondo assim, que o “pacto secular entre o Estado e latifúndio” (BORGES, 2004, p. 317) era determinante na formação histórica desse território.

Como pensar três assentamentos numa cidade marcada pela presença do latifúndio? O que isto pode significar? Que diferença fizeram estes assentamentos, nos distritos de Chonim de Cima e de São Vitor; sede do município de Governador Valadares? Num território

⁸ Como exemplo ver: G1 Vales de Minas Gerais - 24/04/2017 (integrante do MST é morto com dez tiros em assentamento na zona rural de Periquito); Hoje em Dia- 26/08/2014 (famílias sem-terra ocupam fazenda em Governador Valadares).

⁹ Área Total do Município de Governador Valadares: 2342,325 km² ; Área de Reforma Agrária: 4,689.00 Hectares = 0,0469 km². A área usada pela Reforma Agrária no município de Governador Valadares corresponde aproximadamente 0,002% da área total do município. A partir de dados do Caderno Territorial 058 Médio Rio Doce-MG-MDA. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_058_M%C3%83%C2%A9dio%20Rio%20Doce%20-%20MG.pdf>. Acessado em março 2019.

marcadamente avesso a eles, como esses assentamentos se organizaram?

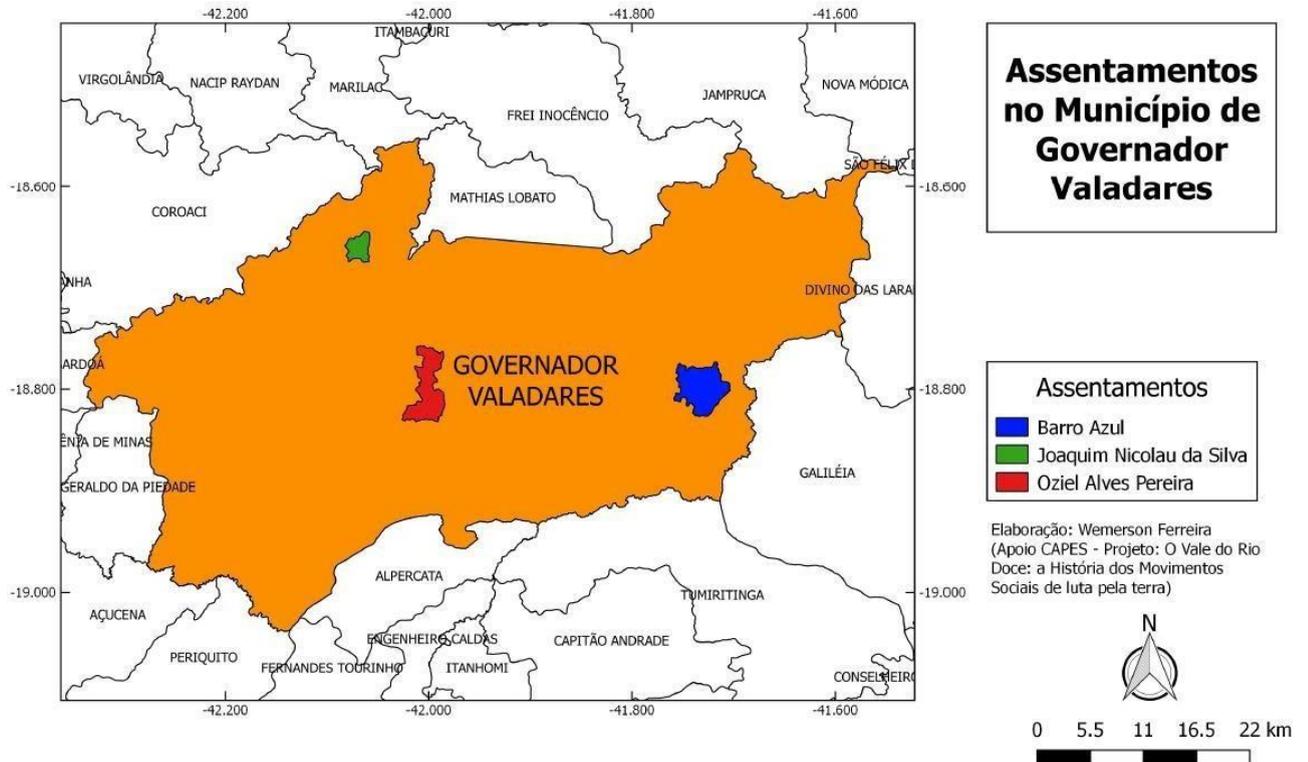
Medeiros (2011), ao estudar o assentamento Oziel Alves busca elucidar questões que a ocupação e a formação deste assentamento sugerem; pois aquelas terras outrora haviam sido motivo de conflito entre forças sociais e as do latifúndio. Nagel Medeiros demonstra como o estigma de “desordeiros”, ou mesmo criminosos, relacionados aos militantes da luta pela terra não é apagado; como também é mantido o nome Fazenda do Ministério, que era uma espécie de “ícone sagrado”, uma espécie de símbolo vitorioso advindo dos anos de 1964 para os latifundiários (MEDEIROS, 2011, p. 82).

Ora, sendo a então Fazenda do Ministério, nome que segundo a autora perdurou e ainda perdura como resistência intencional à formação do assentamento Oziel Alves, um símbolo da vitória latifundiária no vale do rio Doce; mais significativo torna-se o estabelecimento de assentamentos nesse município. Retomando a reflexão de Fernandes (1994) que considera que a territorialização se inicia antes mesmo da formação do assentamento propriamente dita, podemos verificar a conexão espaço-temporal com os conflitos e objetivos da luta pela terra que aqui continuaram latentes desde a década de 1960.

Nesse sentido, embora a implementação de três assentamentos de reforma agrária no município de Governador Valadares, tenha seguido processos regulatórios diferentes; simbolicamente remetem a uma história local e regional com elementos socio-territoriais em comum: o conflito histórico pelas terras, a grilagem e a expulsão de posseiros e a repressão aos movimentos sociais, a resistência dos trabalhadores, a retomada das mobilizações. Portanto, todas as ações anteriores à formação dos assentamentos são marcas definidoras desses territórios.

O ano de 1996 foi sem dúvida um marco para a região do vale do rio Doce e principalmente para Governador Valadares, sua maior cidade. Foi neste ano que os três assentamentos de reforma agrária emergiram na cidade, como resultado da luta pela terra, especialmente pela ação do MST no vale do Rio Doce. Os assentamentos Barro Azul, Joaquim Nicolau e Oziel Alves são, ao mesmo tempo, lugar para viver e produzir e lugar de resistência dos assentados. O mapa a seguir indica a localização dos três assentamentos.

Figura 1 - Assentamentos no Município de Governador Valadares



2.1 ASSENTAMENTO JOAQUIM NICOLAU

Joaquim Nicolau foi o primeiro assentamento implementado no município de Governador Valadares. Estabelecido em 16 de abril de 1996, com 17 famílias, segundo o Centro Agroecológico Tamanduá – CAT¹⁰, está localizado no distrito de Chonim de Cima a 36 km do centro da cidade, totalizando 609 hectares de terra. A fazenda originária, por nome de Padre José de Anchieta, passou a se chamar Assentamento Joaquim Nicolau, depois de uma reunião consensual entre as lideranças do novo assentamento que pensaram em uma homenagem a falecido líder das lutas populares na região. O relato de Cláudio Gonçalves de Oliveira¹¹ (OLIVEIRA, 2018, p. 35-36), morador do assentamento, lembra a definição do nome:

¹⁰ Centro Agroecológico Tamanduá – ONG voltada para apoio técnico à produção agroecológica e agricultura familiar; no município de Governador Valadares apoia e atende agricultores dos Assentamentos Joaquim Nicolau e Barro Azul.

¹¹ Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

Bão, esse nome, ele veio, seguinte... Primeiro eu já conhecia o Joaquim, né? E o Joaquim tinha falecido. Só que num foi eu, nem fui eu que fiz a proposta. Então quando a gente tava pra escolher o nome do assentamento, o João Calazans me chamou. Na época chamou eu, Odair, acho que a Josilma também... Chamou nós lá na Fetaemg, e foi conversar com nós. Ó, nós estamos pensando num nome(...) Aí ele falou pra nós assim; porque eu queria por um nome em homenagem ao Joaquim. Joaquim Nicolau, que foi um grande lutador. E eu conhecia Joaquim... Já sabia quem era Joaquim... Tá doido, é um nome que... Importante demais! Aí nós viemos e marcamos a... Aqui a gente tinha uma comissão que reunia antes, né, reunimos. Propus, aí eu propus o nome. Aí foi pra assembléia, aí o João veio. Veio João, na época achoque João, Madalena e Rosemary. Aí nós reunido, aí propomos o nome (...) Aí eu fui e falei. Falei, contei a história de Joaquim. E falei assim; por sinal, era evangélico. Cara evangélico, mas era um evangélico um pouco diferente dos outros evangélicos. Ele era um evangélico de luta. E... Mas era um cara muito importante. Aí contei que conheci ele no Aruega... E depois lá no 1º de Junho. Aí o pessoal topou!

O episódio relatado já confere ao nome do assentamento uma expressão da história de resistência dos trabalhadores e da reorganização do movimento sindical, após a redemocratização do país, em fins da década de 1970. Joaquim Nicolau foi uma reconhecida liderança do movimento sindical na região, especialmente em Governador Valadares. Veio da zona rural, e trabalhou em pequenas metalúrgicas da cidade; até se tornar carroceiro, porque apresentou problemas de saúde que o impediam de continuar como metalúrgico. Sua esposa, Maria dos Reis Silva, lembra de sua atuação à frente dos movimentos sociais em Governador Valadares, de seu envolvimento com a organização do Partido dos Trabalhadores e vários sindicatos.

Essas experiências foram marcadas por muitas ameaças:

Por isso que ele foi jurado de morte. Quando eu casei, eu comprei quatro mudas de rosas e plantei na frente da casa ali porque a casa era frente de tábuas e era muito bonita. Minha casa era a mais linda, e eu plantei as rosas lá e quando o pessoal ia jurar de morte eles traziam aqueles papel de pão, escrito aqueles trem feio que ia matar ele, que eu estava muito nova pra ficar viúva, e botava isso lá, porque eu era muito conversada e cabeleireira, eu trabalhava lá no centro, agora eu não sei o que eles entenderam com isso, porque eu quem ficava sabendo. Aí um dia eu enraivei com isso e falei, vocês vai pendurar isso na orelha das suas mães, fui e arranquei os pés de rosa tudo e arranquei a raiz.(Entrevista com Maria dos Reis Silva. Governador Valadares, em 06 de abril de 2018).¹²

¹² Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

A implementação do assentamento Joaquim Nicolau ocorreu de forma negociada entre o antigo proprietário da terra, atores do movimento de luta pela terra, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), devido ao interesse inicial do proprietário de transformar a fazenda em uma comunidade cristã-coletiva. O espelho do projeto de assentamento, registrado pelo INCRA, informa:

O imóvel se encontrava ocupado à época da vistoria, por 16 famílias de trabalhadores rurais, por iniciativa própria do proprietário, que pretendia formar uma comunidade rural em seu imóvel, no estilo do kibutz de Israel. Como a filosofia da vida comunitária não obteve sucesso entre as famílias o proprietário se mostrou propenso a negociar a área com o INCRA. O INCRA procedeu vistoria e considerou referido imóvel de interesse social para fins de reforma agrária daí à sua desapropriação e criação do PA Joaquim Nicolau da Silva. (Espelho Completo de Projeto MG0075000)¹³

Para realizar seu projeto de vida comunitária, com a transformação da fazenda num kibutz¹⁴, o antigo proprietário da Fazenda Padre José de Anchieta, também ex-sacerdote católico, negociou a vinda de 12 famílias do município de Dolores de Guanhanes e de 04 famílias de outras comunidades rurais. Em abril de 1996 estas famílias se alojaram na fazenda, organizadas pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG¹⁵.

Afirma Flávio Hilário Alves Sabino (SABINO, 2018, p. 1)¹⁶, 34 anos, morador do assentamento Joaquim Nicolau que:

A história começa um pouco diferente. Quando o proprietário quis (...). Quis as família aqui, a ideia inicial dele num era fazer o projeto de reforma agrária com o Incra. A ideia inicial dele era fazer um sistema que existe em Israel, conhecido como “kibute”. Então, que todas essas família vivia em comum,

¹³ Espelho Completo de Projeto MG0075000. Sistema de informações de projetos de reformaagrária – SIPRA. Disponível em: http://sipra.incra.gov.br/Projeto/Relatorios/espelho_projeto_completo/espelho_projeto_completo/Espelho Completo de Projeto MG0075000.

¹⁴ O site da Confederação Israelita do Brasil (CONIB, 2019) afirma que este modelo fará 100 anos em 2019. Hoje possui polos industriais em Israel, com mais de 200 *kibutz* implementados no Oriente Médio, com três formatos diferentes. Ver em: <http://www.conib.org.br/glossario/kibutz/>

¹⁵ Conforme site oficial a “Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG – é um entidade sindical filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, que congrega mais de 500 Sindicatos de Trabalhadores Rurais. fetaemg. Ver em <http://www.fetaemg.org.br/institucional/a->

¹⁶ Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

dentro da propriedade. Só que o pessoal não conseguiu entender o princípio de tudo, das intenções. A terra foi destinada à reforma agrária depois de ter tido problemas em ser instalado o “kibute”, compreender as propostas do proprietário. Então o proprietários se viu numa situação difícil de por as pessoa pra fora. Que as pessoa já estavam trabalhando na terra, mas é... Ele foi explicando gradativamente o processo, como é que é, né. Então... Nesse processo, eles tiveram a ideia de vender a fazenda pro Incra, pro Incra assentar as famílias.

Conforme o relatório do Plano de Desenvolvimento Rural de Governador Valadares: Diagnóstico Sócio Econômico e Zoneamento Ambiental. Governador Valadares (PDR/GV2001-2002) – o grupo de famílias não se acertou com a proposta comunitária do proprietário e suas intenções iniciais. Desta forma, cerca de uma no depois, a fazenda foi desapropriada pelo INCRA, que realizou um projeto de reforma agrária convencional.

Ao concretizar a desapropriação e iniciar o processo de assentamento das famílias foi dado início a um projeto comunitário de produção que envolvia comissões de trabalho e uma cozinha coletiva (PDR/GV, 2001-2002). Tal projeto começou com os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Apesar de estes recursos terem chegado ao assentamento, a falta de amparo técnico para garantir a continuidade do projeto, fez com que ele fosse fragmentado, como demonstra o depoimento de Flávio (SABINO, 2018, p. 9):

Só quando o.. Incra, é... entrevi mesmo, que ele comprou a fazenda, que ele mediu a fazenda pra separar os lote. Pra dividir os lotes. Que aí veio recurso, né? Veio recurso pra comprar ferramenta, veio recurso pra comprar, é... Pra mexer na casa, construir. Veio recurso pra... Que é o PRONAF, pra comprar maquinário. Pra criação, fazer cerca, divisa, essas coisa. Então, na época teve, né, esse recurso. Só que, ... No processo de assistência e tal, fico tudo paralisado. Então, é... Num teve aquele efeito que deveria ter. Porque o governo num deu aquela assistência técnica. Não, não... Acompanhou, não instruiu. Deu o dinheiro e deixou prá lá...

Pelo relatório do PDR/GV (2001-2002) o assentamento apresenta as seguintes características naturais: relevo íngreme com poucas áreas de baixa; solo de baixa fertilidade; vegetação original de Mata Atlântica semi-caducifólica¹⁷, “atualmente com 40% de área ocupada por mata secundária¹⁸ e o restante ocupado por gramíneas e espécies típicas de áreas

¹⁷ Cf Glossário - Meio Ambiente UERJ: “Floresta semi-decídua (semi-caducifólia) - Tipo de vegetação que perde parte das folhas em certa época do ano”. Ver em:

http://www.meioambienteuerj.com/glossario.asp?idioma=&codigo_categoria=27

¹⁸ Cf apostila Manejo Florestal – DEF/UFV - Estrutura e dinâmica de uma floresta secundária de transição, Rio Vermelho e Serra Azul de Minas, MG: “Segundo a FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS-CETEC (1983), a floresta secundária substituiu, praticamente, todas as florestas primárias existentes no

degradadas”. Em relação à presença de água, “o assentamento é banhado pelo Córrego Casimiro, de pequena vazão e conta com nove nascentes de pequeno porte. Também conta com duas lagoas de médio porte” (PDR/GV, 2001-2002).

As características naturais da região influem diretamente na produção, conservação e problemas ambientais que o assentamento possui. A mata preservada já havia sofrido exploração de madeira e queimada antes da formação do assentamento (PDR/GV, 2001-2002). Somado a este problema, a exploração de pedras nas cabeceiras de córregos, em passado recente; assoreamentos, erosão e degradação do solo; prejudicam a produção dos assentados. Aqui, a necessidade de assistência técnica, como relatou Flávio Sabino, fica mais evidente.

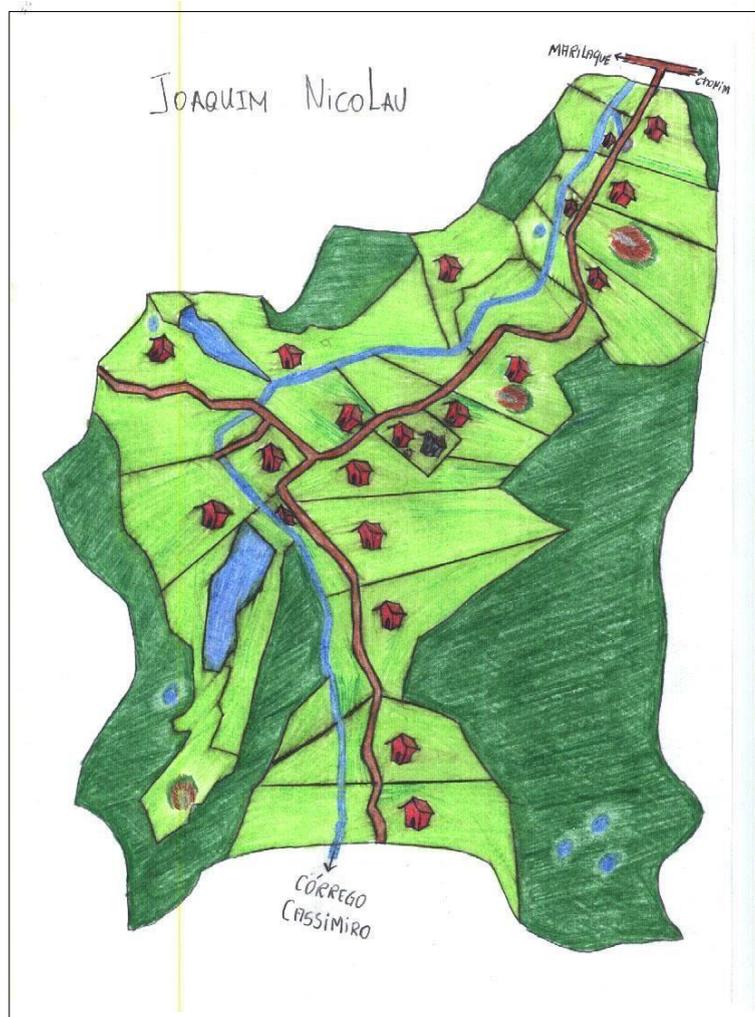
As fontes de renda dos assentados são variadas. A base fica por conta de salários e aposentadorias. A produção ganha destaque para o leite e cereais. O solo, embora degradado, permite a produção de cereais e hortaliças e a agricultura tem maior participação na produção e renda do que a pecuária (PDR/GV, 2001-2002).

O acesso ao assentamento nem sempre é facilitado. Parte da estrada de acesso não é asfaltada. O transporte público é frágil, e pontos de acesso não são próximos. Isto influi no atendimento de questões emergenciais. Acidentes, doenças e outros problemas que porventura possam ocorrer precisarão ser enfrentados na distância e na dificuldade de acesso. Outras necessidades, como lazer, ficam relacionadas ao cotidiano da vida no campo.

Embora sob condições adversas, os assentados do Joaquim Nicolau, se desdobram para fazer de seu assentamento, um território.

Estado de Minas Gerais, restando pequenas manchas remanescentes. A ação do homem, durante séculos de ocupação, reduziu a área ocupada pela floresta primária a menos de 2% do território mineiro. As florestas secundárias, existentes em neste Estado, bem como em todo Brasil, são resultados de uma exploração florestal descontrolada, provocada por uma seleção negativa dos maciços existentes. Estas florestas são formadas por indivíduos considerados refugos e sem valor, ou que se desenvolveram na área, após o corte raso (VALE et al., 1974)”. Ferreira, R.L.C. 1997. Estrutura e dinâmica de uma floresta secundária de transição, Rio Vermelho e Serra Azul de Minas, MG. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

Figura 2 - Assentamento Joaquim Nicolau; material produzido pela comunidade no PDR/GV- 2001-2002¹⁹



2.2 ASSENTAMENTO BARRO AZUL

O Assentamento Barro Azul, no município de Governador Valadares, localiza-se a 25 quilômetros da cidade, às margens da rodovia BR-257, no sentido do distrito de São Vitor, a leste do município; e rumo ao Estado do Espírito Santo. Chegando-se a esse quilômetro, vira-se à esquerda, em uma das entradas do Assentamento.

¹⁹Plano de Desenvolvimento Rural de Governador Valadares: Diagnóstico Sócio Econômico e Zoneamento Ambiental. Governador Valadares: UNIVALE/UFV/Centro Agroecológico Tamanduá-CAT/Prefeitura Municipal de Governador Valadares; apoio financeiro CNPq/Prefeitura Municipal /UNIVALE, Julho de 2001/2002.

De acordo como histórico apresentado no Diagnóstico Socioeconômico e ambiental e Projeto Final de assentamento do PA Barro Azul²⁰, “o processo de constituição do PA Barro Azul tem origem nas ações de vistoria do INCRA-SR06, com vista a arrecadar terras para o Programa Nacional de Reforma Agrária, que teve certo impulso ao longo da segunda metade da década de 90”.

Segundo o mesmo relatório (INCRA, 2018, p. 7) a área da antiga fazenda Barro Azul, daí o nome do assentamento, chegou ao final dos anos 1980, em estado avançado de degradação; em função do manejo inadequado, queimadas, processo erosivo avançado. Neste contexto a fazenda:

Foi declarada como de interesse social para fins de reforma agrária, por decreto presidencial publicado em 03 de julho de 1996. (...) A fazenda era o retrato fiel de uma propriedade rural que não cumpria com sua função social, tanto sob a perspectiva de produtividade, quanto sob o aspecto da utilização adequada dos recursos naturais, uma vez que o desmatamento predatório e o processo de formação de pastagens comprometeram as nascentes, as matas ciliares, as encostas e a fauna local.

A situação improdutiva da fazenda tornou-se de conhecimento do MST, que exerceu forte pressão para que o processo de desapropriação ocorresse rapidamente. E de fato o tempo decorrido para o processo foi bastante rápido – menos de dois meses. “A desapropriação ocorreu no dia 07 de outubro de 1996, a imissão de posse ocorreu quatro dias depois, e o PA foi criado em dezembro do mesmo ano” (INCRA, 2018, p. 7).

A fazenda foi então ocupada por 118 famílias, cuja maioria estava acampada às margens da BR-381, na entrada da cidade de Periquito, município vizinho ao de Governador Valadares (INCRA, 2018, p. 7). Outras famílias vieram de muitos municípios vizinhos e de outros acampamentos sem-terra, lideradas pelo MST. Tal ocupação representa o que Fernandes (1994) aponta como espacialização da luta pela terra. Com o foco na conquista da terra, esta ocupação, organizada, focada no resultado de formar ali um novo assentamento caracteriza a luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em um relato, o morador e assentado no Barro Azul, Sidney Cardoso Silva²¹ CARDOSO,

²⁰ INCRA. Diagnóstico Socioeconômico e ambiental e Projeto Final de assentamento do PA Barro Azul. Disponível em: http://assentamentos.com.br/uploads/assentamentos.com.br/projetos/Governador%20Valadares/PFA%20Barro%20Azul_Gov%20Valadares.pdf Acesso em outubro 2018.

²¹ Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

2018, p. 4), descreve o perfil de algumas destas famílias que chegaram para este acampamento:

Eu vou lhe dar um exemplo de uma mulher que mora aqui. Essa mulher era minha conhecida desde criancinha. Inclusive moramos em frente um ao outro. Ela era criança e um dia o... Eu tando no acampamento, vi o marido dela, chegou com ela e... E as três filhas. E ela passou da porteira pra dentro, e ele voltou pra trás. E ela ficou no acampamento. Ele ia lá, dava assistência as crianças, depois ele sumiu. Foi aparecer aqui, já. Outros vieram de fora, como veio seis pessoas de Patrocínio. Foram tirados por Zé Aparecido é...do trabalho escravo. O Zé Aparecido trabalhava na CUT e aí trouxe essas seis pessoas que tavam trabalhando no trabalho escravo, lá. No mais, foram pessoas aqui da região, ao entorno de Valadares. Tinha Sebastião Domingos, que trabalhava a vida inteira em fazenda pro doutor Marcílio, pa esse pessoal dos Avelino... Trabalhava nessas fazenda assim, é...tinha... Tem também pessoas que morava de baixo da BR, num túnel. Inclusive, essas pessoas não ficaram porque não foram classificadas. E no mais eram pessoas realmente da roça que, que vinha de todo lado, vinha... Veio de Alvarenga, vieram daqui da região mesmo e, veio gente de Itambacuri, é... Tem um outro lugar também que veio pessoas. Mas essas pessoas num deram sorte, porque eram 118 famílias, fizeram o cadastro e vai, vai. E eles não foram classificados, e eles tiveram que voltar pro acampamento novamente.

Chamam a atenção as condições em que muitas famílias chegaram para a ocupação da fazenda e a quantidade: basicamente o dobro do que viria a ser a capacidade do assentamento. Outro detalhe destacado tanto no relato quanto no diagnóstico emitido pelo INCRA é o trabalho dos movimentos sociais que lideravam as ações de ocupação, consolidação e resistência até a formação do assentamento.

Algumas famílias ficaram acampadas no município de Periquito, durante 3 meses, outras apenas algumas semanas. A maior parte delas tem uma história recente de contato com os Sem Terra. Conheceram o MST através da mídia, de amigos ou da presença de assentamentos e/ou acampamentos na vizinhança. Alguns aderiram graças às iniciativas de abordagem do próprio Movimento, mas em muitos casos a adesão partiu da iniciativa pessoal de se aproximar da organização (INCRA, 2004, p. 7).

A falta de infraestrutura na fazenda desapropriada foi um fator marcante. A escassez de água e alimentos, aliado às más condições do solo caracterizaram este momento na história do assentamento. A solução que se viu, ainda que momentânea, veio de um dos moradores da região e ex-funcionário da fazenda já desapropriada. Conversando com a liderança do MST, buscou mostrar melhores locais para manter o acampamento com água e energia elétrica dentro da fazenda, facilitando a estadia; como demonstra o senhor Sidiney (CARDOSO, 2018, p. 5) em sua entrevista:

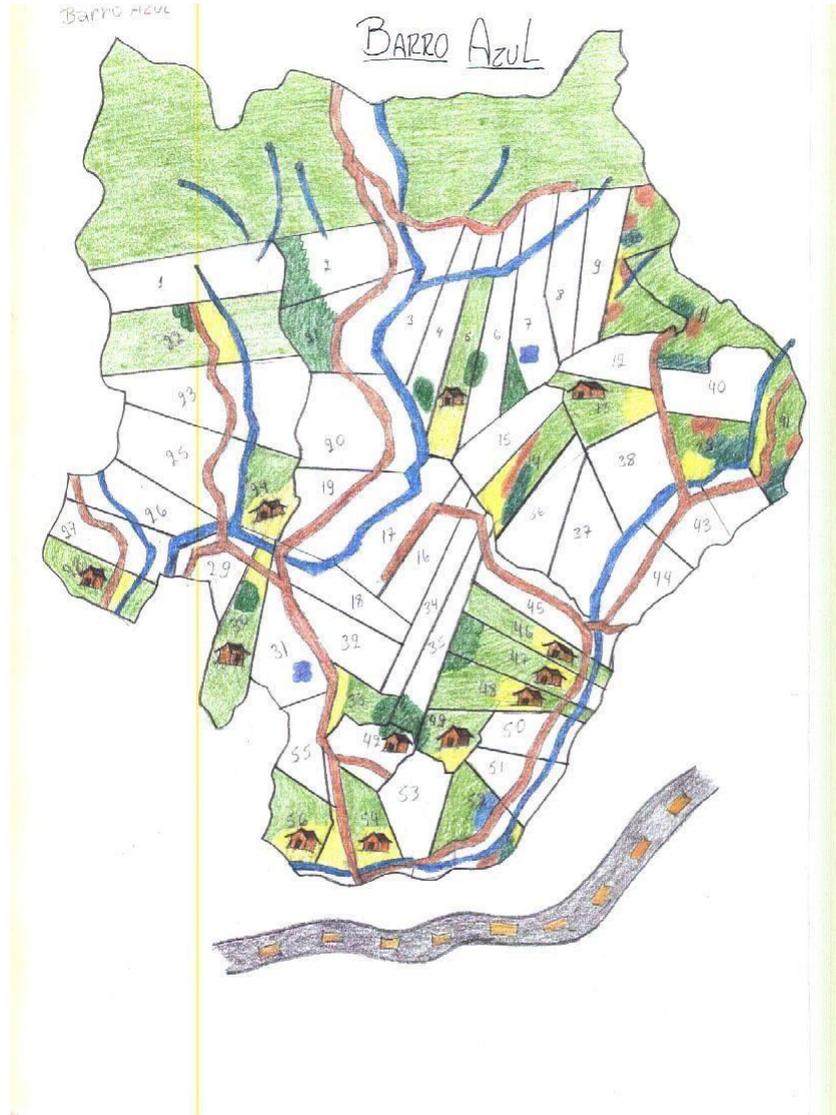
Vieram todo praqui, foram... Fomos acampado lá onde era a agrovila, é... Mas por não ter água, apareceu uma senhora que foi pra televisão e chorando, e reclamando que num tinha água, e que num ia ficar, que ia embora, e tal, e tal. Aí esse senhor, meu vizinho aqui, que era um dos moradores antigos da fazenda, é... Vendo aquilo na televisão, passando na televisão, ele foi lá no acampamento e nos trouxe aqui pra margem do córrego. Falou: não, cês vão lá pra frente lá de casa, que lá ao menos água pra ocês lavá roupa, tomar banho... eu tenho uma cisterna muito boa. E aí viemos praqui. E aí formamos um acampamento aqui novamente. E aqui permanecemos até o dia que fomos pra terra. Cada um pro seu lote.

O processo de desapropriação e emissão de títulos foi muito rápido, como já dito, mas tal velocidade não significou melhoria para os acampados. Muitas famílias desistiram devido à falta de estrutura mínima como a água e outras que permaneceram, o fizeram se transferindo para uma área dividida em pequenos “lotes de 10m²” definidos pelo INCRA (2004, p. 7), onde formaram barracos de lona. Tais famílias se mantiveram neste local em que havia a água e energia por mais de dois anos. Os recursos para o assentamento auxiliaram os assentados a levantar as casas, fazerem as cercas e outras melhorias de infraestrutura. Entretanto, a questão ambiental que caracterizava a fazenda ainda protagonizava os rumos da implementação do assentamento. Clóvis Augusto de Oliveira (2018, p. 4)²², também assentado no Barro Azul, explica como foi a chegada dos recursos e o uso destes no assentamento:

Sem nada. Aí num tem uma cerca, num tem uma casa. Maioria das vezes num tem nem água, né, que é o básico, né? Num tem uma estrada, que é o básico. Né? Num tem nada. Aí quando chega um recurso, pouco, ele tem que fazer cerca. Que aquele recurso ali ele vai ter que investir ali no... Na cerca, na criação e coisa, pra ele iniciar. Mas só que a maior parte do recurso que ele gasta ele num tem retorno financeiro. E depois tem que pagar. ()É, empréstimo bancário. Sabe? Uma linha de crédito que os assentamento de reforma agrária tem, né? Então assim, a pessoa pega ali e ele vai gastar um dinheiro, porque tem duas forma, né? Quando cê, pega o dinheiro, ou cê, gasta, ou cê, investe, né? Eles fala que é PRONAF investimento, sabe? Mas num é, na maioria das vezes o. investimento se você tivesse um retorno, né? Se ocê gasta ali em fazê uma cerca, que não é barato, sabe? Não é barato cercá um lote todo, fazer um curralzim, fazê um chiqueirim, comprá uma ferramenta ou uma coisa qualquer, né? Aí compra lá, compra uma criação, compra umas vaquinha lá com o que sobra. que aquele dinheiro ali, ele não vai gerar uma renda pra pagar.

²² Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

Figura 3 - Assentamento Barro Azul; material produzido pela comunidade no PDR/GV (2001 – 2002)



Com os recursos recebidos do governo federal²³, uma horta comunitária foi implementada e os trabalhos na terra se iniciaram. Desta forma, as famílias começaram a se espalhar pela fazenda afim de alavancar a produção. Entretanto, os problemas com a falta de água minguaram as produções. As famílias passaram a buscar alternativas de modo individual findando rapidamente assim, as iniciativas comunitárias (INCRA, 2004). Foram quatro grupos formados por associação no assentamento, sendo alguns coletivos e outros individuais, com destaque para dois: a Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Barro Azul –

²³O INCRA desenvolveu o Projeto Lumiar, para assentamentos de reforma agrária, que funcionou até final do ano de 1999. Esse projeto forneceria assistência técnica aos assentados, para a consolidação dos projetos de assentamento (INCRA, 2004).

ACOOAB e Associação dos Produtores Agrícolas Individuais do Barro Azul – APADIBA. Sobre estas associações, Clóvis A. de Oliveira (2018, p. 6) explica:

Com o tempo o grupo coletivo acabou. O grupo semi-coletivo acabou muito mais rápido, né? E o individual permanece, que na verdade também, se o ce for analisar a cultura nossa... A sociedade brasileira ela é individualista. (...)Né? Ela é individualista. É cada um querendo dar um jeito de resolver os seus problema... De se ajeitá e coisa, né. Aí, assim... Agora, quando vai prum assentamento, eles até tentam coletividade, é... É muito bonito, né? Falar na, na coletividade é bonito. É romântico demais. Mas ocê construir, em com umas pessoa, (...) Que já vive numa cultura individualista, construir a coletividade é difícil. (...) Quando fala-se num benefício coletivo todo mundo quer o benefício coletivo.

Corroborando com a fala de Clóvis, o INCRA (2004) explica que o trabalho na estrutura familiar, nos lotes individuais prevaleceu e acabou sendo a associação que agregou mais de 40 famílias. Mais tarde, passou a ser a entidade que responde ao INCRA as decisões do assentamento. Dois fatores foram apontados no diagnóstico feito pelo governo que explicaria estas divergências na organização do assentamento: 1. as diferentes culturas das quais as famílias vieram. Diferentes cidades, diferentes histórias e perspectivas que culminam ali, no assentamento Barro Azul, dificultando um engajamento coletivo com maior fluidez política. 2. A disputa política interna, entre as lideranças que viam caminhos diversificados entre eles, impossibilitando o diálogo. Entretanto, Clóvis A. Oliveira (2018, p. 8) explica tais divergências de outra maneira:

É, porque... As coisa que eu acabei de falar aqui, ocê empregar Ocê implantar em alguns lugar dá certo, né? Alguns lugar dá certo, outros lugar não, né, e... Então lá num vingô. Porque na verdade também assim, existe muitos sonhos destruídos, né? Cê senta, reúne, discute os projeto, ilude com aquilo e depois aquele. Aqueles projeto num vigora, num coisa.

Para o assentado existem muitas desilusões diante dos planos sonhados, diante das expectativas projetadas. A falta de infraestrutura dificultou que os auxílios do governo pudessem de alguma forma, potencializar a produção e garantir a sobrevivência dos assentados e a comercialização do que fosse produzido.

As características naturais do assentamento Barro Azul, à época de sua desapropriação ajudam a compreender a baixa produtividade que dificultou tanto sua implementação. O INCRA (2004) aponta a terra em estado crítico de degradação. Com devastação da mata nativa e poucas nascentes preservadas, a água se torna escassa e insuficiente para o consumo ideal de

mais de 50 famílias que foram assentadas ali. Ainda segundo o INCRA (2004), a fazenda passou por uma intervenção anos de 1980 que visava diminuir os atoleiros, provenientes de pequenas nascentes e matas ciliares, e aumentar a área de pasto. O resultado foi uma degradação avançada com processos erosivos alarmantes. Sem as matas, a capacidade de reservatórios nas várzeas foi diminuída. Sidiney (CARDOSO, 2018, p.13) explica sua experiência com este problema no assentamento:

(...) Eu tenho água pra beber ali depois de nove anos de está aqui dentro, sofrendo horrores. Buscando água até fora pra tomar, é... Depois de nove anos. Fizeram o pocim, mini poço. O meu é o mais raso do Barro Azul. Então eu uso água dele. Tive um grande privilégio agora com essa caixa que veio, porque armazena água ali. E eu num vô precisar sair fora pra buscar água pra beber igual eu já fui. Então, é... Tem outras coisas a fazer também, porque a gente tem que preservar a nascente. E nem sempre eu posso fazer isso, porquê? na nascente que enriquecia esse córrego aqui, o grande fazendeiro foi lá e esgotou a lagoa. Mas é dele. Quando viram já tinha esgotado. Esgotou tudo, então hoje em dia corre muito poquinho lá, e ela chega até certa altura some na areia. (...) É, uma parte dele vinha dessa lagoa. E aí o córrego que é o considerado Barro Azul mesmo é dentro do assentamento aqui, mas porém tá seco. Secou a mina. Que é pra cima da agrovila lá. Esse secou mesmo. E a lagoa que enriquecia o córrego foi esgotado há uns três anos atrás, parou de correr.

O esgotamento da lagoa pelo fazendeiro vizinho dá uma medida dos problemas enfrentados. Além da terra já degradada era visível o incômodo de proprietários vizinhos com o assentamento. A solução para a falta de água veio de um projeto do INCRA juntamente com a prefeitura de Governador Valadares para a perfuração de 56 mini poços. O problema está no fato de que a perfuração é de baixa profundidade, ou seja, baixa capacidade de abastecimento de água. Para agravar, o lençol freático da região é pobre devido aos problemas de degradação ambiental que a região possui. Tal projeto foi elaborado depois de muita discussão dentro do assentamento, se seriam três grandes poços profundos para todo o assentamento, ou se cada família teria o seu poço, porém de baixa profundidade (INCRA, 2004, p. 81).

Clóvis (2018, p. 8) explica que:

Na época foi muito criticado, porque os assentados do Barro Azul preferiram um poço individual cada um, do que um poço... Do que três poço grandão profundo, né? Qual que era melhor na visão que tá de fora? Os três...(...): Os três poço profundo. Qual a visão de quem tá lá dentro? Uma manutenção de poço, pagar energia? Uns contribui... Porque isso gerou... Porque lá já tinha um poço pronto de cento e trinta metros, e quando chegou essa discussão pra fazer os outros poço, a energia do outro poço lá já tinha sido cortada um montão de vez, né? Isso é uma só das partes. Aí vai passar o encanamento. Área de, de roça.

Para ele, se fossem instalados apenas os três poços profundos, teriam de montar encanamentos que deveriam passar dentro das terras de outros assentados. Se houvesse uma quebra de canos por causa do uso de máquinas pesadas, seria um problema para algumas famílias, sem contar que as contas de energia deveriam ser pagas em coletivo. A contribuição deveria ser fiel ao mês e o assentamento já havia dado sinais de que o coletivo não seria a melhor opção. Desta forma foi que o projeto de um poço raso para cada família foi aprovado e efetivado.

As famílias que possuíam mais contato com o MST foram as que mais usufruíram dos equipamentos coletivos comprados com os projetos do INCRA (2004). Segundo o relatório, a agrovila do assentamento inicialmente era administrada por 12 famílias que tinham mais acesso aos equipamentos. Como já apontado nos relatos dos entrevistados, a gestão do assentamento enfrenta muitas dificuldades, tanto pelas questões mais estruturais quanto pela individualidade. O relatório afirma que em reuniões para definição da aplicação das verbas do projeto, as decisões eram tomadas sempre em direção a responsabilidades individuais. Este panorama dos tempos iniciais de organização do assentamento Barro Azul mostra que os assentados ainda teriam que superar um grande desafio: a luta na terra como continuidade da luta pela terra.

2.3 ASSENTAMENTO OZIEL ALVES.

Este assentamento fica a apenas 6 km do centro de Governador Valadares, na saída para Teófilo Otoni, e é emblemático para as lutas pela terra na região. Seu nome homenageia um sem-terra²⁴, morto no Massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, em 1996²⁵, mesmo ano de sua fundação. O nome foi escolhido por consenso entre as lideranças que haviam ocupado a então fazenda que viria a ser o assentamento. Uma das lideranças deste movimento e morador no assentamento, Brasilino Moreira da Silva (2019), conta da escolha do nome:

É, na verdade, em relação a esse nome eu nem participei. Eu estava fora,

²⁴ Oziel Alves Pereira tinha apenas 17 anos quando foi morto, mas já despontava como uma futura liderança do MST em Eldorado dos Carajás, no Pará. Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/4/22/brasil/16.html> Acesso em março de 2019.

²⁵ Cf INCRA - Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação (2019) existem 21 assentamentos de reforma agrária que levam o nome de Oziel Alves Pereira, ou algum variante, como “Herdeiros de Oziel, no RGS; ou Oziel dos Carajás, em RD; distribuídos por vários estados. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf Acesso em março 2019.

quando eu cheguei eu fiquei sabendo da, da decisão que tinha tomado. O Oziel foi um dos dezenove que foram mortos lá no Pará. Era um menino de dezenove anos que estava muito engajado na luta e vários assentamentos nos Brasil colocou o nome dele em homenagem a luta que ele fazia, a perseverança dele.... Inclusive até na hora de morrer. Ele...(....) Noventa e quatro, mas como... A conquista da terra se deu em noventa e seis e o assassinato do Oziel também foi em noventa e seis, foi exatamente no mesmo período, aí foi... Bem em cima.

A história do assentamento Oziel Alves Pereira é, em relação aos três assentamentos de Governador Valadares, a que mais guarda referências dos conflitos agrários que marcam a formação histórica do território do vale do Rio Doce.

Em 1996 o assentamento Oziel Alves Pereira foi estabelecido na chamada de Fazenda do Ministério, em terras que beiram a BR-116, Rio - Bahia. O nome da fazenda deriva de um projeto do governo federal dos anos de 1940. De acordo com Medeiros (2011, p. 42) o avanço da pecuária e a boa qualidade das terras na região instigaram o governo federal a instalarem Governador Valadares, “uma fazenda destinada a ser modelo de produção rural, ligada ao Ministério da Agricultura. Inaugurada pelo presidente Getúlio Vargas, ficou conhecida como a Fazenda do Ministério”²⁶.

Entretanto, problemas de gestão política, nos anos de 1950 e 1960, impediram a continuidade do projeto, abrindo brechas para que fazendeiros da região passassem a utilizar as terras e os equipamentos que ficaram, de modo ilegal (RABELO, 2005). No início da década de 1960, no vale do Rio Doce o latifúndio não era apenas o modelo dominante de posse das terras, mas também ditava o ritmo das relações do poder político que envolvia empresários, funcionários públicos do judiciário e do executivo. (BORGES, 2004).

O contraponto a este cenário está nos movimentos sociais que receberam a notícia sobre as Reformas de Base, anunciadas pelo então presidente João Goulart. Tais reformas trariam reforma agrária. Isto resultaria na desapropriação da Fazenda do Ministério, minando seu uso por parte do latifúndio local. O histórico do assentamento apresentado no Diagnóstico Socioeconômico e ambiental e Projeto final de assentamento PA Oziel Alves Pereira relata:

De acordo com José de Souza Martins, em seu livro *os Camponeses e a Política no Brasil*, o anúncio pelo presidente João Goulart da destinação da Fazenda Ministério para reforma agrária é considerado um dos principais motivos para a adesão do então governador de Minas Gerais Magalhães Pinto

²⁶ Cf Vilarino (2008) A partir de 1942 a região do vale do Rio Doce recebeu diferentes investimentos do governo federal. Interesses econômicos ligados à exploração mineral e a acordos com EUA; e motivação política de interiorização do poder do Estado num processo de ‘statebuilding’, motivavam Getúlio Vargas (e governos seguintes) a investirem no vale do Rio Doce.

aos militares golpistas em 1964. A partir desse ano a Fazenda Ministério desapareceu do cenário político nacional e os sindicalistas de Governador Valadares foram perseguidos, torturados e mortos, passando o imóvel público a ser intensivamente utilizado por fazendeiros da região. (FERREIRA NETO, 2005, p. 9)

Portanto, o resultado deste momento político crítico, para Governador Valadares após o Golpe Militar de 1964, foi o silenciamento dos movimentos sociais, a imposição do latifúndio nas políticas agrárias e a manutenção do uso da Fazenda do Ministério pelos fazendeiros, como aponta Rabelo (2005, p. 6): “Com o passar do tempo, a má gestão política a destruiu e seu pasto e os poucos equipamentos que sobraram estavam sendo ilegalmente utilizados apenas por fazendeiros da região.”

Trinta anos depois, em 1994 a fazenda mantinha apenas 5% do total de seus quase dois mil hectares (1.945,9232 ha) usados para pesquisas de produção de grãos e genética de animais (MEDEIROS, 2011). O restante ainda se mantinha sob uso de fazendeiros da região. Ao entrar em cena, o MST passa a agir visando efetivar de uma vez, a desapropriação destas terras em prol da reforma agrária, como conta Brasilino (SILVA, 2019, p. 3): “(...). E aí isso ficou congelado durante trinta anos. E aí quando foi exatamente em noventa e quatro, nós ocupamos ela de novo. ()”

A data da ocupação foi 23 de agosto de 1994 “visando a vitória de uma luta iniciada 40 anos antes” (INCRA, 2005, p. 9). 250 famílias vieram de diferentes acampamentos coordenados pelo MST. Com quatro dias de ocupação, todas as famílias foram despejadas via mandado judicial que a Polícia Militar cumpriu. Este despejo acabou culminando em um novo acampamento que se estabeleceu às margens da BR-116, que durou mais de um ano (INCRA, 2005). O acampamento foi levantado em frente a uma instituição católica da cidade, chamada Cidade dos Meninos como demonstra Nagel Medeiros (2011). Enquanto mulheres e crianças foram acolhidos, os ruralistas da cidade se pronunciavam contra ao movimento do MST. Segundo eles, a instituição, dirigida por uma freira vinda de Santa Catarina, não deveria “dar apoio à ilegalidade” (MEDEIROS, 2011, p. 62).

Durante este tempo novas tentativas de ocupação foram feitas, o que acabou resultando em violentas reações do Estado, via polícia militar. Cavalaria, tropa de choque e helicópteros foram usados. A agente da Comissão Pastoral da Terra, Maria Madalena da Silva²⁷(2018), se recorda da ação policial:

²⁷ Entrevista pertencente ao acervo do Projeto de pesquisa: O Vale do Rio Doce: a História dos movimentos sociais de luta pela terra, financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital 12/2015 - Memórias brasileiras: conflitos sociais.

E aí pra tirar aquele povo ali teve polícia, com aparato policial, com batalhão... Com.. até banda de música tocou. (...) Banda. Aquela... Não tem aqueles...aquelas que toca, né? (gesto demonstrando algum objeto imaginário com as mãos) Que é do sexto, né? Sexto batalhão. Então teve aviões no ar, cachorro... Tipo de uma comemoração, né. Vem a arrogância de tirar e a arrogância de fazer farra no tirar do povo. Mas só que ele não tirou, porque o povo entrou no lá de baixo da BR e continuou na luta até ganhar, né?

Em 1996, mais de um ano depois da primeira ocupação, o processo de desapropriação da Fazenda do Ministério começou a ser efetivado. O INCRA indicou 50 famílias provenientes do MST e outras 22 famílias que estavam vinculados à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG²⁸. Segundo um dos assentados e membro do MST, João Leite, 48 anos, não foi uma negociação tranquila. Ceder parte da terra para famílias que não estavam vinculadas à luta pela terra com os movimentos sociais não estava nos planos, até porque, para cada lote cedido, era um a menos para os movimentos. João (LEITE, 2019p. 11) conta que:

É, na verdade era pra assentar mais. Aí teve um problema aqui com os ex-funcionário da EPAMIG. Que a empresa saiu daqui e iludiram eles, que eles iam ser assentados também. (...) e foi um trabalho pra tirar eles, todos espalhados aqui, né? Até que a única saída foi que o Incra veio discutir com a gente, pra ceder uma parte da terra pra eles. Aí como eles falaram que não queriam muita terra, que era mesmo um quintalzim pra trabalhar, e tal. Aí definimos. Eles eram vinte e duas famílias na época. Então cedemos oitenta e duas hectares de terra pra eles, então ficaram média de dois a três hectares pra cada ainda. Então, é lá na Cascalheira, que é depois da cidade dos meninos, né? E, então tem esse pessoal que mora lá. Criou uma outra comunidade. Tá dentro do assentamento, mas eles criou uma outra comunidade, né? (...) A comunidade lá é.. a comunidade Boa União. Mas que em relação a igreja, né? É, tem a comunidade Santa Isabel. Mas a comunidade deles é considerada como Boa União, que é o nome da, da associação deles.

Como nos Assentamentos Barro Azul e Joaquim Nicolau, a formação de associações acabou não tendo aderência de todos, como explica João(LEITE, 2019, p. 13):

Aí em 90 e... 98, a gente recebeu... noventa e sete, recebemos o crédito de habitação. Que aí nós começamos a construir as casas, né? 97, 98, construímos a casa. E, em período que o movimento trabalhava essa questão do grupo coletivo, né? E, e aí veio o recurso de investimento, que na época eu não lembro, me parece que era em torno de nove mil reais que nós pegamos cada família. E, e aí nós constituímos aqui um grupo coletivo de 24 famílias.

²⁸ A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) foi constituída como empresa pública, pela Lei nº 6.310, de 8 de maio de 1974 com a finalidade de desenvolver pesquisas e experimentações relacionadas direta e indiretamente com a agropecuária e com o objetivo de constituir-se no principal instrumento de execução das atividades de pesquisa agropecuária no Estado de Minas Gerais.

E aí as outras, né, se optaram a ficar individual. E essas outras famílias, coletiva, né? Mas é, como se diria lá o nosso... pensador. Que era o... Que me falha agora a memória dele, é... Vê se eu lembro o nome dele. Ele fala assim, né? Que o todo camponês ele carrega em si .o seu vício, né? Os vícios artesanais do modo de produção.

A descrição ambiental feita pelo Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Projeto Final de Assentamento feito pelo Incra (2005) indica a existência de um processo erosivo muito avançado, pouca vegetação nativa e muitas áreas em que as voçorocas²⁹ estão presentes. Os topos de morro em sua grande maioria, estão sem cobertura de matas, facilitando o escoamento das águas das chuvas e contribuindo para erosões. Muito destes problemas ambientais estão diretamente relacionados com o uso da terra em si. Ainda nos anos 1960, a Fazenda do Ministério já era utilizada para a pecuária, característica econômica da região. Durante as três décadas que se seguiram antes da ocupação e posteriormente, formação do assentamento, este modelo de uso da terra permaneceu como aponta o relatório do INCRA (2005).

Outro aspecto ambiental preocupante são os recursos hídricos do assentamento. O Ribeirão Figueirinha, sendo a principal fonte de água do assentamento, foi o que sustentou durante anos, a pecuária ali. A ausência de matas ciliares, tanto nas cabeceiras de pequenos córregos e nascentes secundários quanto no Figueirinha, em função da cultura pecuarista acaba se contrastando com a consciência que os movimentos sociais buscam no uso da terra, como aponta Brasilino (SILVA, 2019, p. 7):

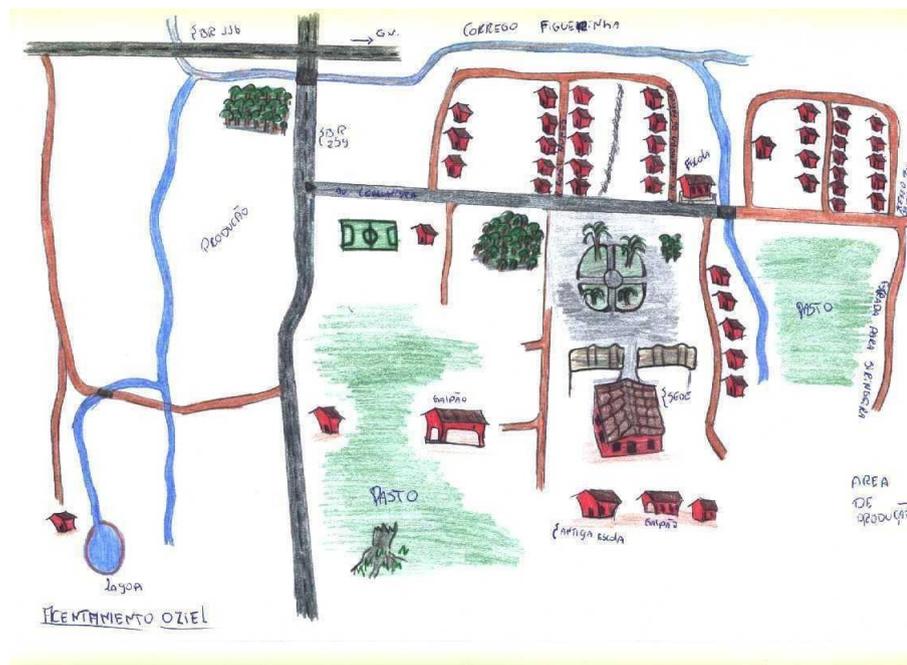
Pois é, isso aqui era completamente tudo devastado. Inclusive hoje a gente tem, vive uma contradição, né? Passa as pessoas aqui e fala, aqui ó, cês não produzem nada. Porque produção pra eles tem que jogar tudo no chão e fazer pasto (risos). Então se eles não ver tudo no chão e tudo pasto, não é produção, não tem produção. Eles não conseguem enxergar que produzir, não é apenas produzir boi. Tem que produzir alimento, e produzir alimento cê não precisa de muito espaço. E, e cê tem que produzir pensando na questão ambiental. Cê tem que preservar o meio ambiente. Então assim, ... Essa região toda teve um problema com água, aqui no assentamento não!

A produção do assentamento é em sua grande maioria baseada na agricultura familiar. Sem registro de uso de grandes irrigações, a produção é mais concentrada para o consumo interno. Arroz, feijão, mandioca, árvores frutíferas, criação de gado e aves também se caracterizam como familiar. (INCRA, 2005)

²⁹ Cf Dicionário Online de Português “Desmoronamento provocado pela erosão subterrânea produzida por águas pluviais que se infiltram com facilidade em terrenos de grande permeabilidade, quando atingem regiões menos permeáveis”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vocoroca/> Acesso em março 2019.

O núcleo do assentamento foi formado com base nas estruturas já construídas quando funcionava como sede administrativa da Fazenda do Ministério. Uma vez formado, ganhou uma característica mais urbana, com uma escola e trinta casas próximas. A proximidade com a cidade facilita o acesso ao transporte público e aos serviços públicos. A disposição geral do assentamento pode ser dividida em três partes: o grande núcleo urbano, com a sede, onde a grande maioria dos assentados residem; um segundo núcleo que é ocupado pelas famílias que não se associaram ao órgão coletivo interno e por último, o espaço destinado aos antigos funcionários da EPAMIG.

Figura 4 - Assentamento Oziel Alves Pereira – mapa produzido pela comunidade no PDR/GV (2001-2002)



Como vimos anteriormente, também nos Assentamentos Joaquim Nicolau e Barro Azul, a questão da terra degradada e de problemas com a água marcaram o início da nova luta dos agora assentados, a luta na terra. A degradação da terra é comum no vale do Rio Doce, cuja história de exploração da terra sempre foi de base predatória (ESPINDOLA e WENDLING, 2008), e tal característica é percebida nos três assentamentos.

Entretanto, o depoimento de Terezinha Sabino, que foi assentada no PA Oziel Alves Pereira, à Comissão da Verdade Mineira³⁰, que esteve em Governador Valadares, em 2017;

³⁰ Depoimento de Terezinha Sabino, Brasilino Moreira e Gilson de Souza à Covemg, em 05 de fevereiro de 2017. Entrevistador: Monique Álvares Assis. Governador Valadares (MG): Assentamento Oziel, antiga Fazenda Modelo, 2017. Transcrição. <http://www.comissodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/1682> Acessado em março 2019.

mostra que existe uma motivação de luta e de resistência que tem relação com a produção da vida.

Porque as pessoas, por mais pobre que ele seja, a visão dela ainda é de, da grande produção, mas o assentamento, não é só o assentamento Oziel... o assentamento, né, aonde mora o Claudinho, o acampamento aonde tá o Tião, assentamento onde tá o Zé Aparecido, lá não tem grande produção, porque as condições também financeira e política, né, contribui para que a gente, né, produz nem o suficiente. Mas a produção de vida e de conhecimento ela tá acima de tudo, então a produção de vida e de conhecimento.

Apesar de todos os problemas vividos ainda hoje pelos três assentamentos no município de Governador Valadares, inclusive apontados no depoimento de Terezinha Sabino, a sua territorialização é simbólica numa região historicamente avessa à sua presença.

CAPÍTULO 3 - DA OCUPAÇÃO À CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO: DINÂMICAS DA TERRITORIALIZAÇÃO

O conceito de assentamentos de reforma agrária, como já foi dito no capítulo 1, pode ser tomado em distintas abordagens dado a complexidade da temática (BERGAMASCO, et. al. 1997). Uma abordagem tradicional está alicerçada na conceituação dos assentamentos de reforma agrária como uma espécie de unidade agrícola que surge sob a égide do poder estatal “por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra” para o benefício daqueles que necessitam, incluindo aí os trabalhadores sem-terra e camponeses (BERGAMASCO; NORDER; 1996 p. 7). Tal visão parte de um ponto de vista limitado sobre política agrária no que se refere aos movimentos sociais que lutam pela terra.

Outra abordagem considera os assentamentos de reforma agrária como um “espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas” (ZIMMEMMAN, 1994, p. 205), consolidando hipoteticamente assim, na territorialização da luta pela terra, uma identidade comum aos envolvidos. Aqui, o ponto de vista simbólico fica mais evidente, inclusive na identificação dos sujeitos envolvidos como sem-terra.

Esses marcos cronológicos nos servirão de guia para a compreensão da configuração espaço/temporal e socioespacial dos três considerando os distintos caminhos que caracterizam a territorialização de cada um.

3.1 A OCUPAÇÃO DA TERRA

Coca e Fernandes (2009) buscam diferenciar a primeira data das outras duas por se tratar de uma espécie de “inauguração” do assentamento através da ocupação/acampamento, e, sendo assim, tal momento é inteiramente guiado, mediado, ou organizado pelos movimentos sociais. O Estado entra posteriormente com a possível legalização do futuro assentamento (COCA; FERNANDES; 2009, p.4). Nesse sentido, a territorialização seria, então, o processo de conquista do assentamento, ou seja, de apropriação do espaço.

Para Haesbaert (2004, p.79), o território não é unicamente político, nem econômico ou cultural e, nem mesmo somente natural. Para o autor, a constituição dos territórios se processa através da “[...] imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAEART, 2004). Está, portanto, na organização dos movimentos de luta a força conectiva capaz de efetivar um poder sobre o comportamento

coletivo de um grupo social abrangendo o material e o imaterial ao mesmo tempo; que é capaz de impulsioná-lo à luta pela conquista de um espaço, territorializando-o.

No contexto da luta pela terra, portanto, consideramos o assentamento como território que resulta “de um processo históricodeconstrução do espaço por agentes sociais que lhe imprimem suas características socioculturais” (BUTH, F.; CORRÊA, W. 2006, p. 156). Desse modo, as trajetórias de vida apresentadas pelos assentados exercem influência sobre os processos de territorialização.

No caso dos três assentamentos em estudo encontramos características que aproximam assentados e lhes conferem certa identidade comum. Uma delas é a cultura de agricultores e trabalhadores da terra. Uma história de vida com raízes no trabalho no campo e o vínculo com a terra é comum entre famílias assentadas como mostrado por Leite et al (2004). Por exemplo, em meados dos anos de 1970, Sidiney Cardoso Silva (2018, p. 1), 64 anos, do assentamento Barro Azul explica seu contato inicial com a agricultura trabalhando em fazendas:

Eu fui criado ali no meio da Ibituruna. Plantei muita verdura, carreguei muita verdura as madrugadas pra ser comercializado ali na Bárbara Heliodora, em frente o mercado. E... Até que eu panhei a minha maioridade e saí pra servir o exército, não consegui. Depois voltando fui trabalhar em fazenda, porque a cidade não tinha como a gente... As pessoas passavam necessidade por não achar trabalho. Aí, o trabalho que achava era em fazendas. Então a minha vida foi essa, trabalhar em fazendas.

Do assentamento Joaquim Nicolau, Cláudio Gonçalves de Oliveira, 63 anos, explica que toda sua família veio da agricultura: “Toda vida fui agricultor. (...)Todos. Todos são agricultores. Meus pais, meus avós, né.” (OLIVEIRA, 2018, p. 3). De modo semelhante, João Leite (2019, p. 2), do assentamento Oziel Alves conta suas origens na agricultura e como era angustiante ver os pais na situação de meeiros:

Meu pai sempre foi agricultor. Sempre morou no que é dos outros, né? Em Poté mesmo. A angústia minha que eu tinha, era de ver ele trabalhar e, e, no terreno que é dos outros, e o que é que na verdade, seria entre aspas, né? O lucro dele, ele passava pro dono da terra.

Os depoimentos exemplificam bem como o vínculo com a terra, com a agricultura, com a cultura camponesa está intimamente ligado a uma relação identitária. O sustento vindo do trabalho na terra é mais do que sobrevivência, é um modo de vida camponês. Sobre isso, Woortmann (1990, p. 23) diz que:

(...) tais indivíduos comungam a mesma crença no campo do simbólico: a terra tem o mesmo sentido e significado para eles, é o lugar que se pretende construir, é o lugar para onde sonharam retornar em condições de pertença. Isso dá particularidade ao camponês como identidade: para ele, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho.

O assentado Flávio Sabino, do assentamento Joaquim Nicolau consegue exprimir este pensamento de Wortmann (1990) sobre a identidade camponesa, deixando claro quem são os indivíduos do campo. Está muito além de apenas estar no campo, é o território no qual o camponês se reconhece, pois existe uma dimensão histórica que deve ser levada em consideração, em uma espécie de simbiose entre o campo material e imaterial onde a cultura está conectada ao espaço.

Já tenho uma história de luta aqui. Meu pai lutou aqui. Minha mãe... passaram muita dificuldade aqui. E... E eu poderia, né, ter é... Seguido outras profissão, outro caminho, eu preferi ficar, né? Ficar na terra e dar sequência, né, a história do meu pai, os direito que ele adquiriu aqui. Então a minha vida é aqui. Eu num vejo eu na cidade, trabalhando né? Minha vida é no campo. Eu sou feliz no campo. Então num tem como, eu... Eu ficar dentro de um apartamento. Eu quero pisar no chão, eu quero ir no terreiro. Então eu não consigo, eu fico preso. É como se eu tivesse preso, então... E na cidade todo mundo desconfia de todo mundo. Se você sai na rua, quem te vê vai desconfiar docê, e ocê vai ter que desconfiar de quem tá te vendo. E aqui não. Aqui nós conhece todo mundo, sabe que todo mundo. (...) Quero que meus filhos desfrute de... Dessa natureza, dessa tranquilidade, né. (SABINO, 2018, p. 13)

Podemos inferir, portanto, que esses assentados são oriundos de famílias que nasceram e cresceram em torno do trabalho no campo, cultivando muito mais que uma agricultura familiar, mas também um modo de vida muito específico e característico. A terra ganha um significado maior que apenas um bem de valor negociável; trata-se da sobrevivência deste modo de vida frente ao latifúndio que majoritariamente, usufrui das terras na região do vale do Rio Doce e outras. “Situações de classes e que estão enraizados numa longa história de lutas” (MARQUES, 2008, p.60), materializadas no embate entre o camponês e latifundiário, ficam evidentes na fala de Cláudio (OLIVEIRA, 2018, p. 4):

Tinham uma terrinha. Todos tinham uma terrinha. Mas na verdade, principalmente os meus avós maternos, eles saíram de Poté expulsos. Naquele época, lá tinha um tal, um chamado Antero... Malaguto. Que foi um camarada que expulsou eles da terra. Eles tinham posse lá em Poté. Num lugar denominado por nome Sucanga, que até hoje lá é Sucanga. E eles tinha a posse da terra. Mas esse tal de Antero é um político antigo lá, e acabou chegando numa altura que apresentou um documento da terra lá, e eles

tiveram que sair. Se não saísse por livre e espontânea vontade, né, ou pressão. Saía na marra porque... Tirava mermo. Naquela época o cara era protegido pela polícia, além da polícia tinha pistolêro também, né. Então eles saíram.

Neste relato percebe-se, nitidamente, o modo de vida camponês engolido pelo latifúndio. A grilagem, com uso de violência, foi uma das formas de incorporação de terras camponesas no vale do rio Doce. Por vezes, como fora descrito, havia uma coação para a saída das terras; ou mesmo, uma venda também forçada, por valores ínfimos, caracterizando o avanço do latifúndio (BORGES, 2004). Mais do que mera violência, esta prática demonstra algo mais profundo, enraizado tanto na manifestação do poder sobre a terra como na identidade dos trabalhadores rurais no vale do Rio Doce.

Com a formação de entidades que tinham a luta pela terra como pauta e com a liderança do MST, muitos dos moradores dos três assentamentos nela ingressaram. João Leite, assentado no Oziel Alves, conta que sua inserção nos movimentos sociais de luta pela terra ocorreu via Comunidades Eclesiais de Base (CEB's): “Em 88 eu participei... como na época tinha aquelas, é, os trabalhos de base né? Que eles ia nos trabalhos das CEBs né? Aí sempre tinha um trabalho feito lá pelo, pelo padre, né? Que era, que é, cuidava, né? (LEITE, 2019, p. 4).

Da mesma forma, Cláudio (OLIVEIRA, 2018, p. 10) conta a importância dos movimentos religiosos para seu engajamento na política de luta pela terra:

Aí fizemos na igreja, e aí, teve uma reunião na cidade. Na época com toda a juventude da cidade. Todas as comunidades rurais também junto. Um encontrão. É, já puxado pelo padre Sergio Estropiano, que foi um padre que contribuiu muito lá. E aí tinha que tirar uma pessoa, um jovem, pelo menos um jovem, que fizesse parte da direção do sindicato. E naquela época, nós tava tentando retomar o sindicato, porque o sindicato tava na mão de uma pelegada danada. E precisava fazer essa retomada. E o padre até preocupado com aquele negócio e tal. Aí dentro toda a juventude, citaram meu nome, e aí a... O pessoal... Os menino lá da própria comunidade, os meus colega, uns da minha idade, outro mais velho um pouco, outros mais novo, falaram assim. Não porque ocê se destaca mais, então tem que ser ocê.

Já em outra vertente, mais política, Brasilino (SILVA, 2019, p. 1) do assentamento Oziel Alves, teve o primeiro contato com o MST em uma das primeiras ocupações em Minas Gerais, na cidade de Novo Cruzeiro:

Vim pra cá eu tinha três anos. E depois disso meu pai faleceu na fazenda e nós mudamos então pra Frei Inocência. De Frei Inocência eu trabalhei um tempo no posto de combustível e depois de lá, tive informação do movimento

sem-terra, e aí eu fui pra Novo Cruzeiro, em oitenta e oito, na... Em uma ocupação em Novo Cruzeiro, e depois disso então, eu nunca mais larguei o movimento.

Os depoimentos acima são relevantes para a compreensão do crescimento dos movimentos sociais de luta pela terra no vale do Rio Doce. O que cabe aqui perceber é que o modo de vida camponês ganhou corpo e voz nestes movimentos, estimulados pela ideia da reforma agrária, justiça social e sobrevivência. O histórico de vida destas pessoas, de distintas localidades e caminhadas, convergiu para um mesmo ideal. Tais trajetórias ajudam a compreender a territorialização, tanto de modo mais concreto, modulando a formação dos assentamentos; quanto em seu formato simbólico, alicerçado na luta pela terra através dos movimentos sociais, e na permanência destes assentados na terra conquistada.

A partir do momento em que estes indivíduos adentram os movimentos sociais, o engajamento os leva para outro patamar: as ocupações. Muitos participantes destas ocupações não permaneceram nas terras que ocuparam. Um exemplo disso está no depoimento de Brasilino (SILVA, 2019, p. 1):

Continuei naquela região, depois eu fui pro noroeste de Minas. Onde nós tentamos criar um movimento, no primeiro momento, não deu certo. Depois nós fomos pro triângulo mineiro, também pra construir o movimento sem terra. Ficamos por lá um tempo, fizemos as ocupações e depois eu retornei novamente pra Mucuri e Jequitinhonha, e depois eu fui pro sul de Minas. Construí o movimento no sul de Minas. Depois retornei pra grande BH. Criamos o movimento na grande BH e entorno. Fomos pro noroeste de novo e criamos o movimento DF e entorno, que foi uma outra... Uma outra coisa que nós fizemos que não tinha nenhuma superintendência do Inca no DF e entorno, e também não tinha o movimento no DF e entorno. Nós criamos o movimento também no DF e entorno. Aí depois, passei um tempo na grande BH. Fui de novo pro Mucuri e Jequitinhonha.

Foram mais de cinco locais diferentes em Minas Gerais e um fora do estado em que Brasilino Moreira da Silva participou diretamente como um dos líderes do movimento sem-terra pelo MST. A luta pela terra que antes era agregada no sonho de ver seu pai trabalhando naquilo que seria da família agora se soma às causas de outras pessoas de diversas regiões com histórias parecidas com a sua própria. A identificação com o movimento não está mais fixada à luta no vale do Rio Doce, mas sim a um ideal de luta pela terra.

Outro que participou de muitas ocupações foi Cláudio G. de Oliveira. Três delas foram feitas no vale do Rio Doce antes de se instalar no assentamento Joaquim Nicolau. Outros assentados participaram de mais de uma ocupação, por vezes na tentativa de serem assentados, bem como na participação efetiva da luta pela terra com os movimentos sociais.

Portanto, muitas ocupações foram feitas mediante organização pautada nos ideais de luta pela terra com o MST à frente. No caso em discussão, as datas das três “ocupações” tornam-se simbólicas, seja pelo histórico dos movimentos sociais, que organizados, utilizam-se desta estratégia para a conquista da terra; seja também pelos históricos individuais de vida, pois as peculiaridades da trajetória de cada indivíduo passam a coligar-se nas ocupações e nos assentamentos estabelecidos.

No assentamento Joaquim Nicolau não houve ocupação propriamente dita. O que ocorreu lá foi um desejo do próprio proprietário em tornar as suas terras em *kibutz*, um modelo israelense de comunidade. A terra, por estar próxima a um distrito de Governador Valadares, teria a atenção de muitas pessoas que estariam interessadas em “ganhar” um espaço para si. Sobre isso, Cláudio (OLIVEIRA, 2018, p. 31) explica a intenção do dono buscar pessoas de fora da região:

Que uma vez ele falou. O pessoal do Chonim, se eles viesse praqui, mas eles nunca iria ficar aqui. Eles ia queria vim aqui passear no final de semana, mas ia ficar mais é no Chonim. Então ele preferiu trazer praqui o pessoal que ele sabia que vinha pra morar.

Assim, atores do movimento de luta pela terra e o INCRA negociaram para que as terras se tornassem um assentamento, “pulando” uma etapa muito dura na luta pela terra que é a ocupação.

O assentamento Barro Azul também teve uma trajetória peculiar. Segundo Sidney “...é uma ocupação, mas com uma terra que já estava desapropriada. Não houve resistência, não houve coisa não.” (CARDOSO, 2018, p. 6). Com a desapropriação, a ocupação não foi marcada por conflitos abertos ou resistência explícita de fazendeiros da região. Sidney (CARDOSO, 2018, p. 9) explica que:

Aqui foi um assentamento, eu considero o mais rápido de Minas Gerais. Porque, isso aqui, com quatro dias que nós estávamos aqui... É, eu acho que é quatro dias mesmo. Já tivemos a notícia que seria nossa terra. Que nós, essa é a nossa. Mas uma semana depois, a Marlene, é quem negociava no INCRA e trazia as notícia e tal. A Marlene lá do Primeiro de Junho. Aí ela chegou e deu a notícia, que nós já tínhamos a emissão de posse. Aí... Trinta dias depois... Não demorou nem 30 dias direito. Recebemos já aqui, quando o acampamento mudou praqui. Recebemos o fomento e a alimentação.

Foi no assentamento Oziel Alves que a ocupação ganhou destaque: passou-se mais de um ano entre a data de ocupação e a data de sua criação. Em 23 de agosto de 1994 ocorreu o

início da ocupação. João (LEITE, 2019, p. 9) conta como foi a chegada das famílias na Fazenda do Ministério:

A terra lá é 402 alqueires de terra. Então nós chegamos lá na madrugada, de meia noite e meia, mais ou menos. E aí só via carro entramos, carro saindo, e mato já caindo, pessoal passou a mão nas ferramenta e foi roçano e começando a construir os barraco. E aí (...) E ficamos uns quatro dia lá dentro. Aí como eu, naquele período eu num tava, é, é ainda, é, é, mesmo participando, né. E, aí eu fui... Aí isso foi, foi feito o despejo. Não como despejo, né? Nós saímos, é, pacificamente. Fomos pra beira da pista (...). Aí a gente saiu e foi pra beira da pista e ficamos lá. É, um ano e dez meses, lá.

Foram um ano e dez meses para que chegasse 26 de junho de 1996, data da criação do assentamento. Tal período foi caracterizado por inúmeros problemas: alimentação, saneamento, violência, segurança e outros tantos constrangimentos.

3.2 A LEGALIZAÇÃO DA TERRA

A negociação para legalização da terra ocupada ocorre durante a ocupação e por isso mesmo as atenções serão voltadas para estes momentos. Ou seja, na gênese dos assentamentos estão as estratégias dos movimentos sociais, a resistência dos ocupantes, e as forças contrárias internas e externas. Clóvis (AUGUSTO, 2018, p. 9) relata sobre a dificuldade que é viver sob a expectativa de um sonho da conquista da terra, vendo os direitos básicos serem atacados e pela precariedade da vida nos acampamentos.

(...) As pessoas vão naquela expectativa, depois vai perdendo.... A luta é muito difícil. É, morar debaixo duma lona, só calor de dia, sereno a noite. (...) Esfria muito a noite, muito quente durante o dia e... Coiso, né. Coisas que, vamos dizer, são básicas, né? Num tem umas fossa e, e... E coisa, um banho precário, e tudo. A maioria das vezes até a água é precária e tudo, então assim, é, é um desafio muito grande. (...) As pessoas vai acampamento, vítima de injustiça social das política do governo. Aí vai prum acampamento, pra construir o seu sonho ali. E acaba, na maioria das vezes torna-se vítima segunda vez ainda, né? Porque o, os conflito agrário, a... a demora no processo, né. A sua mudança de cultura, né? Vem cada um de uma região, aí chega ali, né? As pessoa de, dumas cultura diferente.

Em dois dos assentamentos em destaque nesse trabalho, Barro Azul e Oziel Alves, a ocupação e levantamento de acampamentos são marcos constituidores de sua territorialização. O primeiro registrou menos de trinta dias na condição de acampamento. Entretanto, não significa dizer que estas pessoas não conheciam tal experiência. Muitos vinham de outras

ocupações, como foi o caso de Sidney (CARDOSO, 2018, p. 5) que explica como foi o primeiro dia do acampamento do Barro Azul:

Do periquito pra cá ele... Chegou o Brasilino, Armando... Já tinha outras pessoas, e...Eram lideranças, chegaram assim, umas seis hora da tarde. Já escuro. Falou: ó, todo mundo arruma suas lona e suas vasilhas, arruma tudo, ensaca tudo que dez horas o caminhão encosta aí. Era do MST, isso. Aí nós arrumamos e esperamos os caminhões. E aí foi chegando, e já todo mundo já foi se arrumando, colocando suas coisas no caminhão. Daí a pouco os ônibus encostou e... Começou a chover muito. Muito mesmo. E aí nós entramos no ônibus e viemos embora. Desembarcamos aqui debaixo de chuva. E ficamos debaixo de chuva até o outro dia, é...Homem, mulher, menino, é... Faz até a gente... Poderia ter a noção, a gente... Nós num tivemos a noção de pelo menos tirar uma foto, gravar aquilo...Porque num tinha como... Ninguém lembra de uma coisa dessa na hora. O tumulto foi muito grande porque todo mundo... Caminhão não pode entrar até na localidade, ficamos na faixa da BR ali, e foi carregando aquilo. No outro dia, a Marlene, assim que amanheceu o dia, a Marlene lá do Primeiro de Junho e o Brasilino vieram com uma caminhonete e foram puxando. Assim, aquilo que ficou dentro da lama, no meio da estrada, puxando lá pro acampamento, lá onde ia ser formado o acampamento. E aí já tinha alguns levantando a barraca e eles nos ajudaram muito, e, puxando essas coisas. Mas na lama, escorregando e caindo, a meia noite, e... Foi muito difícil, muito difícil, muito difícil... A chegada foi muito difícil. Que choveu muito, muito mesmo. A noite inteira, pesado e tínhamos que desembarcar do caminhão, e como é que ficava? Cada um desenrolou sua lona e se tampou, e deitou no barro. E outros deitou em cima daquela sacaria de coberta que tinha, e tampou com a lona...

Nessas poucas semanas que ficaram acampados, as dificuldades comuns a este tipo de situação como comida, saneamento e proteção das intempéries; foram somadas à falta de água, problema inerente à fazenda desapropriada pelo mau uso decorrente da pecuária extensiva praticada na região (INCRA, 2004). Naqueles dias os fazendeiros da redondeza não ofereceram ameaça, tampouco houve policiamento ostensivo, algo que para o movimento sem-terra, é recorrente. Sidney (CARDOSO, 2018, p. 7) explica como foi a postura dos fazendeiros nos dias de acampamento no Barro Azul:

Não, é, se eles num falavam bem, mas mal também não falaram não. Não. Inclusive, o fazendeiro vizinho aí, tinha pessoas que ia lá. Outro arrumou água pra nós, igual o doutor Élton Geraldo de Barros, lá na Cantagalo. Por não ter água na fazenda pra tomar. Eles arrumava leite pras crianças, certo?

Desde a ocupação, durante o acampamento que durou poucas semanas até a emissão dos documentos que validavam o assentamento Barro Azul, diversos contextos foram favoráveis para o estabelecimento das famílias na fazenda. A desapropriação antecipada, a postura dos fazendeiros da região em até auxiliar as famílias que ali chegavam, a agilidade do

governo em emitir os documentos, tudo isso somado às características da própria terra em sua degradação e falta de água potável acessível serão determinantes para o processo de territorialização que já ocorria.

Diferentemente do Joaquim Nicolau e Barro Azul, o processo de ocupação no assentamento Oziel Alves Pereira possui um destaque especial. A ocupação durou um ano e dez meses. Muitas famílias que chegaram ali vieram de outros acampamentos já estabelecidos na região. Este foi o caso de João Leite que foi um dos primeiros a chegar na ocupação, vindo do assentamento Primeiro de Junho, em Tumiritinga. Por não ter sido relacionado para ser um assentado por lá, juntou-se ao movimento para ocupar a Fazenda do Ministério, como ele mesmo conta:

(...) entrei nas primeiras horas. Aí vim trazendo pra cá umas panela e uns pedaço de lona e a coragem. (...) Então, quando nós ocupamos, nem foi nesse espaço aqui, né? Foi a ponta da fazenda que era depois da cidade dos meninos. Aí é o período que nós tinha que ter, o movimento tinha aquele período né, de, de resistência, né? Aí qual que é a resistência nossa? Nós tava na beira da BR e entrar pra fazenda pra quê? Pra limpar a terra pra poder plantar. Aí o polícia ia lá e nós saía, aí no outro dia nós voltava. O dia que a polícia ia primeiro que nós, nós não ia, e foi assim, né? (LEITE, 2019, p. 10).

Foram 250 famílias se instalando na fazenda. A sociedade ruralista valadarense atacou duramente o movimento, utilizando o jornal local, Diário do Rio Doce, como demonstra o trabalho de Nigel Medeiros (2011). Chamados de “invasores”, foram tratados como ameaça à ordem, gerando um grande desconforto político para o então prefeito da cidade. Em quatro dias ocorre o despejo amparado por uma decisão judicial. A presença da Polícia Militar pressupunha uma resistência muito grande com margens à violência. O acampamento foi deslocado para as margens da rodovia, mantendo-se a resistência de levantar as barracas; iniciar a limpeza da terra para o cultivo, sempre sob a orientação do MST. Nestas condições, muitas famílias se estabeleceram durante meses. Brasilino (SILVA, 2019, p. 3) destaca a ausência de famílias vindas de Governador Valadares. Para ele tal fato se deve ao histórico violento que a Fazenda do Ministério representava para a sociedade valadarense.

A ocupação em si foi tranquila. Apesar de que aqui só tem uma família... duas famílias de Valadares, o restante tudo veio de fora, porque o povo de Valadares tinha medo. Imagina? Nós tão colados na cidade, né. O povo de Valadares tinha medo de falar em reforma agrária. Então todo mundo aqui é de fora, num é de Valadares. E as família que tá aqui que é de Valadares é que são de dentro do sindicato.

Eram mais de 1200 pessoas e a ausência de famílias da própria cidade é um dado curioso. O histórico da Fazenda do Ministério possuía um significado simbólico muito mais profundo. O choque entre a política hegemônica latifundiária e os movimentos sociais na ocupação desta fazenda em questão possui raízes históricas de décadas, e silenciada memória. A elite política e econômica da cidade percebeu este movimento como um duro golpe (MEDEIROS, 2011).

Depois de um ano e dez meses de resistência vivendo em condições extremamente complicadas, restaram menos da metade das famílias que estiveram na primeira ocupação. Este fato acabou sendo também uma espécie de seletiva, afinal, os assentados hoje são as famílias que resistiram até a emissão do documento que criou o assentamento. Brasilino (SILVA, 2019, p. 4) aponta o seguinte:

Por exemplo... É, as pessoas, num primeiro momento ficam muito animadas e vai pra ocupação e tal. E depois, com o despejo, eles vão desanimando. Vai achar que não vai sair mais, que não vai dar certo. E aí acaba desanimando muita gente, né? Então eram duzentas famílias... que acabou no final foram assentados aqui quarenta e sete. Porque eram todos que estavam acampados até essa data.

A permanência desse grupo menor resistindo às investidas contrárias é explicada por estudo de Rapchan (1993) que avalia que os movimentos sociais acabam fortalecendo a identidade camponesa destes sujeitos privados da terra. O fato de estarem vinculados aos movimentos sociais como o MST, reforça a consciência coletiva e social e de seu papel na luta pela terra, em busca de um sonho; como João (LEITE, 2019, p. 17) relata:

Mas aí que, o meu sonho foi realizado em partes que é eu ter a conquista da terra, né? Hoje, constituí família. Era uma outra preocupação minha, né, que um dia eu pensasse em casar e morar onde (...) E assim, o fato da minha decisão, de casar, inclusive, é porque já tinha a certeza da conquista da terra, né? Que a terra já estava conquistada, né? Mesmo morando debaixo dum ranchim. Tava morando num barraco que era coberto de lixa ainda.

Aqui temos o retorno a uma identidade social que se manifesta num comportamento muito específico diante do mundo: um sonho nostálgico atrelado à sua raiz camponesa. Este reconhecimento do modo de vida que também perpassa seus pares alimenta a postura de resistência para um determinado fim, compartilhado por todos. Portanto, existe uma mística comum, ligada à luta pela terra que torna a resistência coesa, determinada a alcançar os

objetivos comum a todos (RAPCHAN, 1993). O assentamento Oziel Alves Pereira apresenta mais nitidamente essa mística da terra, talvez pelo componente histórico que compõe sua territorialização na luta pela terra no vale do Rio Doce

Finalmente, a legalização das terras para a reforma agrária chega aos assentamentos, iniciando uma nova etapa no processo de territorialização dos mesmos.

3.3 A CRIAÇÃO OFICIAL DOS ASSENTAMENTOS.

A criação dos assentamentos é feita a partir da desapropriação das terras. O processo todo ocorre por negociação entre governo e movimentos sociais. Neste momento todas as trajetórias individuais se fundem e se consolidam na territorialização peculiar de cada assentamento. As histórias de vida, a luta pela terra liderada pelos movimentos sociais; o papel do governo, da sociedade, dos assentados e da própria terra; geram resultados diferentes e específicos de cada assentamento.

Ademais, toda carga simbólica advinda da luta pela terra, que nivela todos integrantes do movimento aos mesmos desejos, deveres e direitos; juntamente com as manifestações, resistências, dificuldades diversas estarão em movimento na formação dos assentamentos. De acordo com Caldart (2005, p. 28) “de modo geral, as lutas pela terra assumem na história um sentido cultural destacado, com dimensões simbólicas que talvez tenham a ver com a própria força mística da relação do ser humano com a terra”.

Isso significa dizer que os aspectos físicos, visíveis, são apenas uma parte da territorialização dos assentamentos. A formação de lotes, abertura de vielas, levantamento de barracos, casas, construção de cercas são ações que modelam o território e estão diretamente conectadas com as histórias coletivas e pessoais dos assentados. Portanto, é importante compreender que o ordenamento dos assentamentos possui uma lógica territorializante muito anterior ao efetivo momento de ação sob a terra.

No assentamento Joaquim Nicolau, a fazenda já possuía algumas casas construídas, ainda que em mau estado, e acabaram servindo para esse primeiro momento na formação do assentamento. Segundo o PDR/GV (2001-2002) além das casas, havia também um curral, um galpão que serviria para a sede comunitária, algumas cercas e água encanada.

Com os recursos do PRONAF, as casas e cercas ganharam forma e o maquinário auxiliou no início da produção. Era o início da mudança da paisagem da fazenda que até então era predominantemente degradada. No mesmo ano, a produção de feijão, milho, mandioca, banana, cana e outras árvores frutíferas passou a ganhar força. A proposta organizacional era

coletiva, visto que as 17 famílias produziram em prol do crescimento e estabelecimento da comunidade. Entretanto, inúmeros problemas afetaram estas produções ainda no mesmo ano (PDR/GV (2001-2002) culminando no fim das ações coletivas e dando início às ações mais individuais.

Outro aspecto significativo no processo de territorialização do assentamento Joaquim Nicolau está no relacionamento dos assentados com os moradores do distrito de Chonim. Se não houve resistência por parte dos fazendeiros da região que fosse capaz de ameaçar de alguma forma as famílias assentadas, o preconceito por parte dos moradores do distrito acabou sendo um elemento que também compôs a história.

Segundo Cláudio “teve um preconceito muito grande, teve... Inclusive na escola, nós tivemos dificuldade na escola, com a escola.” (OLIVEIRA, 2018, p. 31). As crianças do assentamento tiveram dificuldades no transporte para a escola devido ao preconceito, que para o assentado, depois de 17 anos como morador, diminuiu muito. O assentado Flavio (SABINO, 2018, p. 3) também se recorda do episódio relacionado à escola, que era na sede do distrito:

Então quando nós chegamos em Chonim de cima. Meio arisco, assim. (...) Teve algumas pessoas né, que... Que num achou bom, não. Quando nós íamos pra escola, e nós vínhamos embora, tacavam pedra na gente e tal. (...) Antes tinha esse problema. “Ah, é sem terra! Vamos tacar pedra que esse povo é ruim e tal.” Mas depois foi... Acostumando.

Tanto Oliveira como Flávio Sabino concordam que a relação entre assentados e moradores do distrito já melhorou muito. Cláudio (OLIVEIRA, 2018, p. 34) conta:

Melhorou, agora não... Agora a gente tem nome, a gente tem... Nós somos respeitados! (...) Respeitados! Inclusive eu já dei palestra na escola de Chonim. Já dei palestra aí, na escola aí... Nos dois Chonim, no Chonim de Cima, na Marçal Ciríaco, e no Chonim de Baixo também.

Ser reconhecido, respeitado, “ter nome”, como demonstra o depoimento do assentado é um passo relevante para a comunidade pois evidencia a efetiva territorialização. Ao se ter nome, poder nominar o assentamento e ser reconhecido nele por este mesmo nome é outrofenômeno simbólico que caracteriza a espacialização da luta pela terra. Agora, além de terem terra, também tem nome. São mudanças que perpassam para além da infraestrutura, estabelecimento das residências, ligação de energia elétrica, transporte para a cidade, escola e

outros direitos advindos da cidadania. Esta mudança ocorre também no indivíduo, como Cláudio (OLIVEIRA, 2018, p. 35) relata:

Mudou. Assim, eu quero falar pra você uma coisa, que aí eu tive muito, muita contribuição do CAT. Eu falo isso, muita contribuição. Que eu era uma pessoa que eu não tinha consciência agroecológica, hoje eu tenho. Agradeço o CAT, né? Eu e eu acho, que eu posso falar, assim, de tudo eu já fiz um pouco... já queimei, é... Na região que nós mexíamos com café eu já cansei de botar uma bomba de veneno nas costas. Hoje eu não faço isso mais, né. Eu posso te falar que eu já mexi com carvoeira, não mexo mais. Já mexi com garimpo, que também destrói, não mexo mais. Então a minha consciência hoje é outra. Mas, é... Nós tem gente aqui, que só dele tá aqui, pra mim já melhorou a vida. Porque se ele num tivesse aqui, ele tava numa favela de uma cidade, pagando aluguel.

Aqui, o assentado deixa claro que a caminhada ao longo dos anos ao lado dos movimentos sociais lhe trouxe novas formas de perceber seu modo de vida e a importância da agroecologia, por exemplo. Neste ponto, seu modo de produção, de pensar a reforma agrária, da importância da coexistência do homem com o ambiente, sofre mudanças. Ressalte-se a menção que ele faz às favelas, contrapondo-a à ‘melhora de vida’, que na sua opinião, é proporcionada pela vida no assentamento.

A ideia de interdependência entre trabalhadores também faz parte da territorialização dos assentamentos, diante de um novo momento na vida dos assentados, agora com terra. Este pensamento é percebido na fala de Flávio (SABINO, 2018, p.14):

Quando... Uma classe trabalhadora do Brasil exige seu direito, né? Igual nós tivemos agora a greve dos caminhoneiro, atinge todos os brasileiros, né. A classe dos professores estão querendo seus direitos, atinge todos os brasileiros. Então que que acontece, muitos não entendem essa dimensão, né? De que nós somos interligados um ao outro, né. Todas as classes que trabalham no Brasil são interligadas. Desde o menor profissional ao maior profissional, um depende do outro. Então, o brasileiro tem essa dificuldade, né? De, de... De ver que os companheiro também, é... Precisa do apoio do... Da luta que ele tá querendo é pra melhorar pra todos.

É uma fala claramente politizada, estruturada não apenas em uma análise pessoal das dificuldades individuais, mas também das dificuldades que se apresentam na luta pela terra, muitas vezes sem apoio necessário. O depoimento pode ser lido na perspectiva de uma territorialização contínua, que requer diferentes apoios e resistência a todo tempo. Portanto, cabe apontar que para ambos assentados no Joaquim Nicolau, o sentido de se ter uma terra, algo que antes era objetivado; fator motivador da luta camponesa, da força coletiva dos

movimentos sociais; agora, transmutou-se num sentimento de pertença à terra. Se antes, toda resistência às adversidades sociais, políticas e históricas, juntamente com a própria identidade camponesa dava combustão à potência de luta junto aos movimentos sociais, tal força agora é incidida na terra, no trabalho que produz e mantém o novo modo de vida: o de um camponês com terra.

No Barro Azul, os documentos que legalizaram o assentamento saíram com poucos dias de acampamento levantado em junho de 1996, como já foi dito. As famílias acampadas ali presenciaram o governo, através do INCRA, separar os lotes e por consenso distribuí-los às famílias como conta Clóvis (AUGUSTO, 2018, p. 4):

Tô ali no acampamento, ali. O Incra vem, mede a terra, faz o mapa lá dos lotes. Onde vai traçar, passar as estradas, onde vai pegar os lotes. Vai, marca lote por lote. Aí tá pronto pra família ir pro lote, né? (...) Aí, quando tá pronto pra isso é feito ou o sorteio, ou é feito um consenso (...)

Separar lotes, abrir ruas e juntamente com elas, passar a rede elétrica é um processo que dá forma do assentamento. Se até então, o seu escopo era baseado nas famílias que acampadas, viviam a expectativa da legalização do assentamento; agora, em sua criação oficial vê-se a mudança da paisagem de um espaço geográfico deixando de ser fazenda. Sendo um processo de territorialização, suas particularidades também estão presentes: previa-se assentar 50 famílias e havia 56 no total, como conta Sidiney (CARDOSO, 2018, p. 8):

Olha, o total de famílias é 56 famílias. No início o funcionário do Incra veio aí e abriu o mapa e explicou, no início, antes de partir, né? Que o assentamento era pra cinquenta famílias. Mas como tinha outras pessoas que ficaram e encrencaram muito e tal, e tal. Aí a turma resolveu, o pessoal resolveu, é... Diminuir e colocar mais seis ()

Com o número de famílias acima do previsto, seria necessário um consenso de quais famílias ficariam no assentamento. O atrito que ocorre devido à eminência de algumas poucas famílias não serem contempladas favoreceu a decisão consensual de diminuir o tamanho dos lotes para conciliar todos no assentamento. Temos aqui, mais um elemento territorializante proveniente do pensamento coletivo anterior à formação do assentamento. Mediante o problema, o modo de resolvê-lo foi procurar garantir a todos o direito à terra. A participação do movimento compreende a possibilidade de se tornar um assentado; o que permite pensar em seu contraponto, a eminência de continuar um sem-terra.

Para exemplificar melhor esta problemática no Barro Azul, das seis famílias que passariam do número proposto pelo INCRA, uma era oriunda da própria fazenda desapropriada. Um ex-funcionário que, vendo o movimento se estabelecer e, sendo ele no fim das contas, também um sem-terra, buscou se envolver para ser contemplado:

“É, esse daí era um funcionário já daqui e todo mundo é, cinquenta e seis com eles. (...) Com eles. E aí todo mundo decidiu deixar ele. Ninguém teve resistência quanto a isso, não. Tem, é... Inclusive ele não podia ser cadastrado, porque ele era aposentado. Na época o aposentado num podia. É, ele cadastrou a esposa dele, que é a dona Hilda Souza Lopes. Ela que é a titular (...)” (CARDOSO, 2018, p. 8)

Sidiney (CARDOSO, 2018, p. 9) explica que foram decisões tomadas sob assembleia com as famílias que iriam formar o assentamento. Levaram em conta toda situação das famílias sem-terra, dependentes dos fazendeiros para quem trabalhavam e que teriam de abandonar o local, cedendo espaço para o assentamento.

Bom, segundo ... Muitos não achavam justo não. Mas eu acho sim. Porque depois de uma pessoa tá estruturada numa localidade, pra sair dali sem saber pra onde vai, sendo que o fazendeiro, é, a gente não sabe ... a resistência muito grande de fazendeiros por tempo de serviço. Pra pagar tempo de serviço. Inclusive esse senhor ali veio praqui com dezessete anos, hoje tá com setenta e... Oito, setenta e nove. Ele criou a família toda aqui. Veio praqui com dezessete anos, óia quantos anos tem.(....) Então pra tirar uma pessoa que já tá estabilizada há vinte, trinta anos na localidade, pra jogar ele pra rua, é muito difícil pra essa pessoa. Então isso que algumas pessoas pensou numa assembleia. Grupinhos, conversando e foi pra assembleia. Não, que deixa o pessoal, pode deixar, vamos deixar eles. E aí ficou, é... Num tiveram resistência não.

É importante perceber que durante o processo de estabelecimento do assentamento, o tamanho dos lotes acabou sendo decidido antes mesmo de estabelecerem quais famílias ficariam onde. Portanto, a própria paisagem do assentamento, que planejado para 50 famílias acabou sendo alterada por uma questão vinda da consciência de classe que o grupo teve. As assembleias foram uma das ferramentas que, juntamente com os tratores, os mapas desenhados pelo INCRA, incidiram sob a antiga fazenda, desenhando o assentamento Barro Azul.

Divididos os lotes, definidas as 56 famílias, o processo de territorialização perpassa, então, pelo trabalho de cada família. O levantar de cercas, das casas e início da produção depende diretamente dos recursos governamentais, como foi apontado por Clóvis (AUGUSTO, 2018).

Clóvis toca em um assunto complexo no caso do assentamento Barro Azul. As famílias tiveram que levantar suas casas, cercar seus lotes a partir do zero. Os recursos que vieram serviram a esta base, mas dificultando futuros investimentos em produtividade rentável para os assentados. A situação se complica com a recorrente falta de água no agora assentamento. Sidiney (CARDOSO, 2018, p. 11) explica como os programas e projetos do assentamento para produção agrícola foram limitados pelas questões ecológicas da região:

Fazer quinhentos metros de cerca, porque não tinha. E plantar meio hectare de cana. Não tivemos êxito. Naquele ano, quem plantou a cana perdeu tudo. Ninguém! Porque a seca perdurou, pegou ela pequena e aí não saiu, pra ninguém! Aí em seguida, naquele, no outro ano. Um ano depois. O Édison tornou a fazer outro, outro projeto pra nós. (...) Pegamos quatro mil e oitocentos reais. Aí foi em função de comprar uma carroça, um burro, bomba d'água, e... Complementar a caixa d'água, e complementar a cerca. Aí acabou de melhorar nossa situação. No outro ano, no mesmo ano, seguinte, aí veio um projeto de novo. Ele tornou a fazer o projeto pra nós de, de um custeio. Esse custeio enterrou nós, enterrou nós, que era pra plantar mandioca. É crítico em falar que a pessoa plantar e não ver nem o pé. Mas aconteceu aqui, muitas pessoas plantou e aquilo ficou aquele troço garrado, garrado... Outros num saiu. Ia ver o cupim comia a rama.

A dificuldade de honrar os projetos custeados pelo governo acabou sendo um dos principais empecilhos para a estruturação do assentamento. Foram fatores que impediram também uma organização maior entre os próprios assentados, afinal, como manter uma produção coletiva diante da dificuldade de manter o mínimo para si? Houve iniciativas do governo municipal como ele ainda relata:

“A prefeitura tá entrando aí, incentivando as pessoas a plantar. Eu acho correto. Eu acho correto, e certo, e seria bom. Mas sentado nesse mermo localidade eles fizeram uma reunião e me pediu se podia ser aqui, eu falei que podia, e... Nessa gestão agora. Mas falando em plantio de horta e tal. () Aí eu quis abordar a questão da dificuldade. Mas companheiros nossos mesmo não quis esperar eu explicar pra eles a dificuldade que é. Porque cê já pensou se eu planto uma horta aí com o compromisso, porque tem que ter compromisso, é... E lá vai bem, e a água seca? Como que eu vou fazer? Tanto vou perder, quanto vai, vai acabar o compromisso. Não tem jeito. Então eu queria dizer pra eles, que se eles tem algo a nos oferecer, é, ofereçam primeiro a maneira de nós poder produzir. É o que? A água. É o essencial aqui, a água”. (CARDOSO, 2018, p. 13)

Tais problemas ainda perduram no assentamento. São questões imperceptíveis para um observador de fora. Mas é possível se perguntar se estes problemas pós formação do assentamento, não mudaria o ponto de vista de um assentado sobre os benefícios de terem se

tornado agricultores com terra. Clóvis (AUGUSTO, 2018, p. 11) busca responder a questão, apontando quais seriam as opções fora do assentamento:

Uai, e... Valer a pena, apesar de dificuldade, vale. Quantas famílias estão passando fome aqui no Valadares hoje?(...) Sem condição de pagar uma água. Sem condição de pagar um aluguel. Talvez tenha até um barraquinho próprio, um... Um barraco de forma precária. Sem um espaço. Num tem uma comida. Apesar de, de todas as dificuldades, miséria que tem no campo, você consegue colher lá uma abóbora, ou colher uma coisinha aqui, outra ali. E na cidade, na favela, que que a pessoa colhe? Né? Colhe, né? Então assim, é uma coisa justa, sabe? Assim, apesar das suas deficiências, eu tô lá... Lá em casa. Num assentamento de reforma agrária.

As dificuldades são minimizadas quando a cidade entra em comparação. Para ele, a opção seria uma moradia precária na cidade, com más condições de vida e altos custos. Para Clóvis, não é uma opção viável, visto que no assentamento ele se reconhece, em seu modo de vida, tanto que chama de casa como sendo seu lugar, sob a ótica conceitual de Tuan (1975). Para o autor, lugar ultrapassa a percepção geográfica de localização e está mais próxima de um local impregnado de significados vindos da experiência dos mesmos indivíduos que o percebem como tal. É a sensação de segurança, a percepção de um lar, da casa como Clóvis (AUGUSTO, 2018, p. 11) mesmo afirma, reforçando mais uma vez, o ideal do campo, da vida camponesa como parte de sua identidade, de seu modo de vida e seu lugar:

Né, aqui na cidade a maioria das pessoas tem a fome oculta, né? Ele ... Eles comem mas aquilo que ele come não é uma qualidade nutricional muito boa, né? É hambúrguer, miojo, essas coisas. É, que tem por aí, né? Então assim, uma qualidade de vida no campo. É só que, a questão de ser assentado de reforma agrária não é pra qualquer um, entendeu? A pessoa, ela tem que ser disposta mesmo, a encarar os desafios de... Do dia-a-dia, sabe? Tendo a ilusão que rico ele num vai ficar... Sabe? E... Coisa. Mas pelo menos a... Ele tem uma riqueza, seu canto...(...) Cê ter os filho criado num ambiente bom, né? (inaudível) ...filho de pobre na cidade é criado no meio da criminalidade. Lá no campo não, outro modelo.

Diante do exposto, percebemos que as dificuldades vindas do meio físico, falta de água e degradação da terra, interferiram diretamente na implementação do assentamento Barro Azul; entretanto não foram fatores limitantes para a territorialização do assentamento ou para descaracterizar o modo de vida camponês ali implícito.

Em relação ao Assentamento Oziel Alves Pereira, com a confirmação da desapropriação da Fazenda do Ministério, a sua formatação passou a ser uma questão de tempo. A divisão das terras no assentamento ocorreu de modo informal. Segundo João (LEITE, 2019, p. 12):

Porque a gente que foi, foi muito, foi muito opcional, né? Cada um que estava trabalhando na, né, sua área, lá mesmo, cada um foi se definindo, né? Então aqui não houve sorteio, foi por opcional. (...) Foi.. Foi muito mais fácil, né? Num teve problema de sorteio. E aqui foi que eu comecei a constituir minha família, né?

Esta divisão, sem sorteio definido, ocorreu entre os assentados que estavam envolvidos no movimento. Foram 50 famílias que se estabeleceram na área do assentamento, facilitando o processo do INCRA na divisão das terras. As outras 22 famílias que tinham vínculo com a empresa estatal que administrava a fazenda se estabeleceram mais ao leste. Já no trabalho, cada família passou a administrar os lotes para levantar as casas e iniciar a produção com a chegada dos recursos governamentais como foi apontado por João Leite (2019).

Com os recursos, as casas foram sendo levantadas. Neste momento, percebe-se a infraestrutura sendo estabelecida: a rede elétrica, os encanamentos e abertura de ruas dentro do assentamento. A paisagem passa a ganhar novas formas, pois são 72 famílias modificando e dando novas funções ao território. Os trabalhos coletivos, como ocorrido nos outros dois assentamentos, não tiveram aderência de todos. Aqui, as informações destes trabalhos são focadas nas 50 famílias de vínculo com o MST. No total, segundo João Leite, foram 24 as famílias que aderiram ao formato coletivo de produção. Para ele, como dito no capítulo 2, se trata de “vícios artesanais” do modo de vida camponês, pois cada um pensa e produz de uma maneira. “Pra poder, você desfazer deles pra poder viver uma vida coletiva não é fácil, né? (LEITE, 2019, p. 14).

Duas importantes análises podem ser feitas aqui. A primeira está na identidade camponesa, que é comum aos assentados dos três assentamentos. Tal identidade é percebida de forma diferente pelos assentados, mas em todos os três é possível percebê-la circundando a formação dos mesmos. Neste último, Oziel Alves, segundo um dos líderes do movimento dentro do assentamento, esta identidade interferiu sobre a divisão das tarefas coletivas e, portanto, no formato da produção.

A outra observação está na memória marcada pela exploração patronal como justificativa para a individualidade. Neste caso, segundo o assentado João Leite, percebe-se como o sofrimento passado das famílias pode ser tomado como um combustível para reforçar os desejos de evitar a coletividade dentro do assentamento, na tentativa de se afastar possíveis prejuízos ou exploração. Não é difícil compreender essa linha de raciocínio pois, ao se pensar em uma família que viu na luta pela terra, nos movimentos sociais, uma forma de escapar da

condição de meeiro ou outra forma subalterna de viver no campo, é compreensível que, agora ‘com terra’ ocorra este desejo de se ter nas mãos o total controle sobre ela.

A proximidade com a cidade facilita muito não apenas a produção interna mas também o crescimento interno do assentamento, como aponta Brasilino (SILVA, 2019, p. 7):

Desde 96... Os que vão nascendo depois, são pouquíssimos que saem. São mais os que chegam. Porque as vezes eles casam fora e trás pra cá. Porque aqui tem mais espaço pra construir casa, tem mais condição e tá pertinho da cidade. Então ... Todo mundo vive disso. Então assim, aqui tem um pouco de tudo. Tem o trabalho na terra e tem também as pessoas que trabalham da cidade. Os filhos as vezes trabalham na cidade, que por algum motivo não queiram trabalhar na terra, trabalham na cidade; outra hora trabalha na cidade e trabalha na terra, então faz um pouco, essas duas coisas.

O ponto positivo da proximidade da cidade está na acessibilidade que o assentamento tem. Além de permitir escoar a produção interna com mais facilidade, os equipamentos públicos são mais acessíveis. Escolas, postos de saúde, transporte público e outros, auxiliam, portanto, no estabelecimento e territorialização do assentamento.

Outro destaque está para a consciência da preservação ambiental que o assentamento passou a ter. Tal postura está imbricada com a recuperação da terra e das nascentes que existem dentro do assentamento. Para Brasilino (SILVA, 2019), a visão de produção que é prezada na região está vinculada à pecuária. No assentamento não se produz, segundo ele, sem observar o meio ambiente. Um grande exemplo são as nascentes que através da preservação, visam sua recuperação.

A própria ausência do gado que antes era do latifúndio já muda a paisagem. O trabalho de recuperação ambiental não está apenas ligado ao modo de vida camponês ou mesmo à uma consciência crítica voltada para recuperação ambiental. Tal postura visa o próprio sustento onde as nascentes não apenas são recuperadas, mas permitem seu uso para agricultura.

Tinha produção de milho, feijão, arroz. E hortaliças..... Entregando no SEASA. Entregava aqui média de cinquenta, sessenta caixas de quiabo, de pepino, vagem. Estava... dando certo. (...) A gente produzia em média de quatrocentas e quinhentas sacas de milho. Gado, nós chegamos tirar aqui média de 200 litros de leite por dia. (LEITE, 2019, p. 14)

A produção das famílias coletivas obteve resultados até o ponto em que os investimentos diminuíram e devido às diferentes formas de produção. João Leite explica que há uma espécie de “divisão em setores” dentro do assentamento, onde uns investem de modo diferente e em diferentes áreas, os recursos que conseguem com os bancos. Os resultados,

apesar de positivos, não foram satisfatórios para todas as famílias. Deste modo, os investimentos que deveriam trazer retorno a longo prazo acabaram impedindo que o grupo coletivo se mantivesse por mais tempo. A falta de rendimentos mais rápidos, para ele (LEITE, 2019, p. 15), foi um dos motivos para o fim do grupo coletivo no assentamento:

O retorno pra que as famílias tenham condições de comprar a bicicleta, comprar carro e... Isso é a longo prazo, né? E nós ainda estava no curto prazo. Num tava nem no médio ainda, né? Que o médio você já está ali...(...) Você não ter um retorno antes de você concluir, o investimento. Depois que você faz o investimento, que ao passar, né, dos anos, você começa a ter o resultado daquele investimento. Então o grupo nosso aqui ele, ele foi esfacelado antes da gente acabar de investir o recurso.

As terras coletivas, gado e lavoura tiveram, então, de serem leiloadas entre as famílias que faziam parte do grupo coletivo. Deste modo, finda-se a coletividade na produção e passa-se a trabalhar de forma individual.

É. Hoje todo mundo, individualmente trabalha cada um no seu lote. A produção caiu, então. É, caiu porque até você, né, reorganizar novamente... Inclusive uma, na época que uma das famílias que saíram do grupo, inclusive... Que era um período é, eles alegavam que os filhos não iam trabalhar no grupo, que não iam mexer no trabalho na roça, que de fato... E, ou melhor, não trabalhavam, justificando que os filhos não iam trabalhar no coletivo. Que que acontece... É, essa foi uma mentira pra ele mesmo. Porque continua, inclusive um, dos que saíram com essa justificativa, ele continua sozinho na roça. Que os filhos nunca foi trabalhar lá, junto com ele. (LEITE, 2019, p. 15)

Com a estabilidade do assentamento e a proximidade da cidade, esta fala aponta para um fenômeno novo: as novas gerações que, como dito, estão crescendo dentro do assentamento, não têm interesse em perpetuar o modo de vida camponês. Neste ponto, percebe-se exatamente o contrário do que fora visto no assentamento Joaquim Nicolau, onde o desejo do modo de vida camponês é exatamente passar para os filhos uma criação distante da cidade. Sendo o Joaquim Nicolau mais distante de Governador Valadares; essa relação de proximidade do assentamento Oziel Alves acaba influenciando de modo direto na dinâmica territorial. Apesar de João Leite perceber a alegação das famílias que justificaram a saída por causa dos filhos, parte da renda que sustenta o assentamento vem do trabalho fora do assentamento. Por fim, assim como nos outros dois assentamentos, a conquista da terra permanece como a meta alcançada; meta essa que permitiu que o movimento social de luta pela terra se mobilizasse politicamente na região, e que alguns sonhos fossem alcançados:

E como valeu a pena. (risos). Apesar de que o meu sonho era trazer meu pai pra cá, né? Mas infelizmente ele não veio e acabou que Deus levou ele, né? Então, e mesmo se ele tivesse vivo ele também não vinha, né? Até porque, um “índio veio”, né? Você já viu, bicho... é, tinha todo um sangue indígena, então era arisco igual... (risada) E, mais assim, parte do meu sonho foi realizado, né? Que o meu sonho era conquistar uma terra. Ou comprar ou conquistar, que seja, mas que tirasse o meu pai daquela situação... (LEITE, 2019, p. 16)

Finalmente, mediante a análise (ainda que incompleta) de alguns aspectos relacionados aos três assentamentos de reforma agrária em Governador Valadares, percebe-se que sua territorialização ocorreu interdependente de inúmeros processos pessoais e coletivos que evocam relações espaço-temporais estabelecidas muito antes de todos os entrevistados terem aderido aos movimentos sociais. As conquistas pessoais se juntam às conquistas coletivas nos movimentos e ganham força sob a coordenação dos grupos como o MST e a CPT. As semelhanças entre trajetórias de vida, os relatos sobre a dureza do trabalho nas fazendas, as campanhas em romarias, acampamentos debaixo de lona, sol e chuva, famílias inteiras à mercê da ajuda externa para manter a luta em pé e o sonho próximo; como descritas nas falas apresentadas, permitem compreender os processos de territorialização desses três assentamentos.

Quanto aos muitos agentes que influenciaram na territorialização dos assentamentos, o trabalhador, endurecido pelos percalços da lida no campo é, portanto, o principal. Junto a ele, há a terra e suas características físicas, que também contribuíram para a territorialização; a citar o problema da água no Barro Azul ou mesmo seu tamanho que limitaria o número de famílias. Os camponeses ganham destaque porque em suas memórias percebe-se o orgulho do modo de vida rural preservado através da conquista da terra. Não se trata apenas das casas levantadas, estradas abertas e poços perfurados; se trata da identidade camponesa. Cláudio, em sua fala final, deixa bem claro como pretende deixar o assentamento um dia: “E... E daqui eu acho que só saio pro cemitério!” (OLIVEIRA, 2018, p. 34).

CONCLUSÃO

Tendo em mente a busca pela compreensão da territorialização dos assentamentos de reforma agrária na região do vale do Rio Doce, mais especificamente, sobre os três assentamentos existentes em Governador Valadares; foi preciso identificar os contextos da luta pela terra no Brasil e na região. A temática da luta pela terra no Brasil, quando levada à discussão em qualquer âmbito, exige um olhar socio-histórico, para além de perspectiva político-ideológica. Mesmo porque a própria formação histórica do território nacional deve ser aprendida partir de uma sucessão de processos históricos que envolvem a questão agrária (MARTINS, 1999), seja pelo domínio capitalista e exploratório do uso da terra; seja pela resistência indígena, camponesa, de posseiros e pequenos proprietários, em defesa de suas posses, territórios e culturas.

A formação histórica do território brasileiro, portanto, guarda heranças estruturais que estão enraizadas na problemática fundiária do país (PRADO, 1961). Tais heranças estão expressas, por um lado, na permanência do latifúndio, hoje especialmente “sob o escudo das supostas virtudes do agronegócio” (TEIXEIRA e GOMES JR, 2013, p.10); e por outro lado na atuação dos movimentos de luta pela terra, especialmente do MST, no contraponto da lógica latifundiária. Entendemos que não seja possível compreender os diversos aspectos de territorialização dos atuais assentamentos de reforma agrária no país, sem levar em conta estes elementos condicionantes.

Borges (2004) registra que a ocupação de terras no vale do Rio Doce está intrinsecamente ligada aos vieses econômicos e político. O latifúndio aqui, em décadas passadas, possuía-se de um poder político tal que consentia que a grilagem de terras efetivada por fazendeiros e agentes públicos ficasse impune (PEREIRA, 1988). Ora, são características herdadas da própria história agrária do país, e, concomitantemente, presentes na formação histórica do território do vale do Rio Doce.

Com o golpe militar de 1964, estes aspectos foram motivo da polarização de interesses na região do vale do Rio Doce e especialmente na cidade de Governador Valadares. Como desdobramentos dessa polarização, Valadares e municípios vizinhos ficaram marcados por episódios violentos no imediato pós-golpe (BORGES, 2004), e adveio um silenciamento histórico sobre estes fatos nos anos seguintes. Somente com a redemocratização nos anos 1980 é que a crescente força dos movimentos sociais passa a moldar uma resistência em Minas Gerais, afetando o latifúndio através da organização e da politização de tais movimentos, principalmente do MST (FERNANDES, 2000).

Portanto, pensar na configuração de três assentamentos de reforma agrária em Governador Valadares exigiu abordagens que se movimentaram em distintas áreas, numa perspectiva interdisciplinar, especialmente porque o conceito de territorialização abrange questões socioespaciais, materiais e imateriais permeadas por relações de poder, como afirma Haesbaert (2004). Os relatos de vida de lideranças e assentados que estiveram envolvidos diretamente na formação dos três assentamentos nos permitiram dimensionar melhor essas questões.

Os três assentamentos, Joaquim Nicolau, Barro Azul e Oziel Alves Pereira foram formados no ano de 1996 e são resultado de décadas de resistência por parte dos movimentos sociais de luta pela terra. Quando estes movimentos adentram o vale do Rio Doce com seu aparato organizacional, recebem o apoio de entidades religiosas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT); de sindicatos de trabalhadores rurais e de muitos camponeses que carregavam sonhos advindos de seus modos de vida e história. Aqui, toda carga histórica, seja ela do país como um todo, embasada em uma lógica colonial se choca com a efervescência dos movimentos sociais de luta pela terra do início dos anos de 1980, personalizado pelo campesinato. Trabalhadores rurais, pequenos agricultores, meeiros, posseiros e tantos outros sem-terra alimentavam um sonho coletivo, compartilhado entre eles e dando forma às suas lutas.

As ocupações, que são uma estratégia de luta do MST, quando ocorrem no vale do Rio Doce, perpassam por diferentes eventos para cada um dos três assentamentos. No Joaquim Nicolau ela não chega a ocorrer, facilitando o processo de formação do assentamento. No Barro Azul, ela ocorre por 30 dias e o processo de desapropriação e formação do assentamento foi facilitado e acelerado. Apenas no Oziel Alves Pereira a ocupação foi completamente diferente. Transformar a antiga Fazenda do Ministério em um assentamento de reforma agrária é um reverso histórico que ganha viés simbólico para a região, para os fazendeiros locais e outros movimentos sociais. Por mais de um ano, muitas famílias ficaram acampadas às margens da rodovia 116, resistindo e pressionado a desapropriação que acabou ocorrendo. Portanto, três processos completamente distintos que caracterizam a formação de novos territórios na região.

Posteriormente à ocupação, ocorreu a criação dos assentamentos, que receberam seus respectivos nomes, simbolizando sempre a luta pela terra. O modo de vida camponês se mostra presente em todas os depoimentos dos líderes e assentados que deixam claro as dificuldades e a determinação durante todo este processo. Com a chegada dos projetos e programas do governo, os lotes foram traçados, as famílias foram contempladas, ruas foram

abertas, a rede elétrica foi traçada, casas foram levantadas; caracterizando assim, mais uma etapa da territorialização destes assentamentos. A paisagem ganhou novos formatos, saindo de cena o padrão latifundiário e entrando em quadro a terra dividida em lotes para os assentados. Lavouras, diferentes árvores frutíferas; o gado passa a ganhar a companhia de galinheiros, de mais cercas e mais pessoas.

Das famílias que foram assentadas é importante ressaltar que há inúmeros elementos de sua história que se entrelaçam antes de serem assentadas. Não foram todas que estiveram nas ocupações que foram assentadas. Muitas não participaram das ocupações ou tampouco, dos movimentos sociais, mas foram contempladas pela formação do assentamento. Outras famílias se formaram durante a criação do assentamento. Todas estas nuances acabam incidindo no território, em sua formatação, nas disposições das famílias dentro do assentamento, na criação de grupos coletivos e em suas dissoluções.

Por fim, a territorialização dos três assentamentos de reforma agrária de Governador Valadares foi aqui, compreendida como processos que possuem raízes na própria história do Brasil, que perpassam inúmeros fatores ligados à política latifundiária e aos movimentos sociais. Todas estas questões sociais são conectadas às histórias dos cidadãos que viveram esta luta, no dia a dia das marchas e ocupações nas ruas, e nas terras posteriormente desapropriadas. Estes processos estão inseridos na territorialização dos assentamentos que foram estruturados aos poucos, mudando a paisagem geográfica, política, social e cultural para estas famílias e para o município de Governador Valadares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade**. Rev. NERAv. 22, n. 48, pp. 98-113. Dossiê - Presidente Prudente, 2019.
- BAUER, Guilherme G. Télles. **Sobre as origens da questão agrária brasileira**. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, UEPG, v. 3, n. 1, 135-166, verão 1998. Disponível em file:///C:/Users/usuario/Downloads/82-704-1-PB%20(2).pdf. Acesso em: 25 nov. 2018.
- BERGAMASCO, PAMARD, C. B.; CHONCHOL, M. E. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL Brasil. 1997.
- BERGAMASCO, Sônia M., NORDER, Luiz A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais**. In: Revista Brasileira de História. v. 24, nº 47, p.303-326. São Paulo – SP, 2004.
- BRITO, F. R. A.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; JUNQUEIRA, C. A. **A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica**. In: Paula, J. A. (Coord.). Biodiversidade, População e Economia: uma região de Mata Atlântica. p. 49-89. UFMG/CEDEPLAR; ECMVC; PADCT/CIAMB, Belo Horizonte: 1997.
- BULST, Neihard. **Sobre o Objeto e o método da prosopografia**. Politeia: História e Sociedade, v. 5, n. 1. Vitória da Conquista – BA, 2005.
- CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3 ed. Expressão Popular, São Paulo-SP: 2005.
- CLEPS JUNIOR, J. Disputas territoriais, reforma agrária e política de criação de assentamentos rurais em Minas Gerais: conjuntura e diversidade dos conflitos no campo e da Reforma Agrária. **CAMPO - TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 9, n. 18, 11 jul. 2014. Acessado em março de 2019
- CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A Dinâmica Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização em Áreas de Reforma Agrária na campanha gaúcha**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-25, fev. Uberlândia – MG, 2013.
- _____. **Desterritorialização e Identidade Territorial**. Sociedade & Natureza (UFU. Impresso), v. 1, p. 165-180. Uberlândia – MG, 2010.
- CHELOTTI, Marcelo Cervo; DE MEDEIROS HESPANHOL, Rosângela Aparecida. **A INSTALAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS E A INSERÇÃO DE NOVOS AGENTES NO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO-RS**. **Formação (Online)**, v. 2, n. 10. Presidente Prudente – SP, 2003

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná.** 2011. 231 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. A **TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL-1998-2006.** IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária Rio de Janeiro, 2009.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **O Sertão do Rio Doce.** 1. Ed. Bauru: Edusc, 2005. V. 1. 485 p.

_____, WENDLING, Ivan Jannotti. **Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce.** *Varia História*, v. 24, p. 177-197, 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752008000100009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 31 de _____ março de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752008000100009>.

_____, *Cad. Esc. Legisl.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 71-88, jan./jun. 2009.

_____, et al. **Nada se perde, tudo se consome: mercantilização dos recursos florestais e ocupação de terras em Minas Gerais.** *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH • São Paulo*, julho 2011.

_____, *VARIA HISTÓRIA*, nº19, p.148-163. Nov. Belo Horizonte, 1998.

FERREIRA NETO, J. A. ; RAMOS, Márcio Mota . **Diagnóstico socioeconômico e ambiental do projeto final de assentamento (PFA) do PA Oziel Alves Ferreira, no município de Governador Valadares.** MG. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** *Revista de Cultura Vozes.* São Paulo – SP, 1999.

_____, **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** *Revista Nera* Pag. 24-34. São Paulo – SP, 2012.

_____, **A formação do MST no Brasil.** *Revista Vozes.* Petrópolis – RJ, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: a trajetória do MST e aluta pela terra no Brasil.** Editora Fundação Perseu Abramo, p. 149-155. São Paulo, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era.** Globo livros, Rio de Janeiro – RJ, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais,** Edições Loyola. São Paulo, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização do “fim dos territórios” à**

multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Des-territorialização e identidade: a rede —gaúcha no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

INCRA- **Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária** - DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA - DE COORDENAÇÃO-GERAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO - DEA - Atualização em 31/12/2017 , acessado em 20/07/2018 – Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

LEITE, S. P. et al. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** São Paulo: UNESP, 2004.

MAGNO, LUCAS. TERRITORIALIZAÇÃO, CONFLITOS E CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NO ASSENTAMENTO RURAL AURORA EM DESCALVADO-SP. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – MG, 2011.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo: Lech, 1979.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: vozes, 1986.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** 1 ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, v. 2, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Dinâmica local, movimentos sociais e luta por terra: reflexões sobre experiências recentes.** In: Sonia Fleury; Joan Subirats; Ismael Blanco. (Org.). Respostas locais a inseguranças globais - Inovação e mudança no Brasil e Espanha: CIDOB, FGV, 2009, v. 1, p. 209-237.

MEDEIROS, Nagel. **Fazenda do Ministério: um território, dois momentos, muitos significados.** Editora Univale. Governador Valadares - MG, 2011.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **"Território, espaço de identidade." Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** Expressão Popular: p. 217-227. São Paulo – SP, 2009.

_____. **A produção familiar e suas diferentes formas de representação.** Abordagens Teórico-metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 169-178, 2007.

MONTEIRO, Lorena Madruga. **Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa?** Pensamento Plural, [14] 11 – 21; janeiro-junho. Pelotas – RS, 2014.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez, 2005.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. Expressão Popular, p. 123-204, il. São Paulo – SP, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Secretaria Nacional. MST: Lutas e Conquistas. 2 ed. São Paulo. 2010.

NOVAIS, F. A. **O Brasil no quadros do Antigo Sistema Colonial**. In: Carlos Guilherme Mota. (Org.). Brasil em perspectiva, v. p. 47-63. 13ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1981.

OLIVEIRA, Aloídes Souza de. **Construção de novas territorialidades na relação entre o assentamento Edmar Fritz e a cidade de Teófilo Otoni – MG**. UNIVALE: Mestrado em Gestão Integrada do Território – GIT. Governador Valadares – MG, 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados. vol.15 no.43 São Paulo – SP, 2001.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro, Codecri, 1988.

PRADO JR, Caio. **Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil**. Revista Brasiliense, n. 28, mar.-abr, p. 215 e 218; São Paulo – SP, 1960.

_____, **A revolução brasileira**. Brasiliense, p. 52, São Paulo - SP 1966.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

POLLICE, Fábio. **O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento social**. ESPAÇO E CULTURA, UERJ. N. 27, P. 7-23, JAN./JUN. Rio de Janeiro, 2010.

RIGONI, Emerson. **Territorialização e evolução do assentamento Rio D'Areia de Cima no município de Teixeira Soares – PR**. OKARA: Geografia em debate, v.8, n.1, p. 116-125, João Pessoa – PA, 2014

RODRIGUES, Elizabeth Cândida de Souza. **Desafios e contradições no processo de territorialização camponesa: o caso do assentamento Itapira – GO**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

ROSA, Marcelo Carvalho. **O engenho dos movimentos sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco**. Garamond, Rio de Janeiro – RJ, 2011.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Expressão Popular, São Paulo – SP, 2009.

SEAPA. **Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural**. Acesso em 15/11/2018. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/inicial>

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. Expressão popular, pp. 15-31. São Paulo – SP, 2005.

STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**; 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TEIXEIRA, Gerson; GOMES JR, Newton N. Editorial.Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA.EDIÇÃO ESPECIAL • JULHO DE 2013. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf> Acesso em março de 2019

VILARINO, M. T. B. **Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce** (1942 e1960). Dissertação de Mestrado. PPGHIS/UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral**. In: Anuário Antropológico/1987, Brasília/Rio de Janeiro: Ednub/Tempo , p.11-73. Brasileiro, 1990

ZIMMERMAN, N. de C. **Os desafios da organização interna de um assentamento rural**. p. 205-224. In: MEDEIROS, L. S. et. al. Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar. São Paulo: ED. UNESP, 1994.